

O DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E A FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS:

A CASA MUSEU CARLOS SCLIAR E O FOMENTO DA CIDADANIA NA BAIXADA LITORÂNEA - RJ

por

Camila de Souza Aguiar Moreira,
*Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

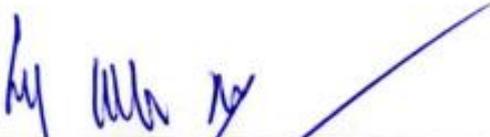
O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de
Financiamento 001

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos Borges

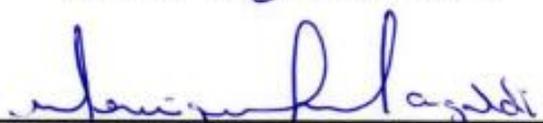
UNIRIO/MAST - RJ, Janeiro de 2024.

FOLHA DE APROVAÇÃO**O DIREITO AO PATRIMÔNIO E A
FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS:
*A Casa Museu Carlos Scliar e o fomento da
cidadania na Baixada Litorânea – RJ.***

Dissertação de Mestrado de Camila de Souza Aguiar Moreira submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. Luiz Carlos Borges
(Orientador - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)



Profa. Dra. Monique Batista Magaldi
(Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)



Profa. Dra. Teima Lasmar Gonçalves
(Membro Externo - UFF)

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2024.

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

d de Souza Aguiar Moreira , Camila
O Direito ao Patrimônio Cultural e a Função Social dos
Museus: A Casa Museu Carlos Scliar e o Fomento da
Cidadania na Baixada Litorânea - RJ / Camila de Souza
Aguiar Moreira . -- Rio de Janeiro, 2023.
115

Orientador: Luiz Carlos Borges .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, 2023.

1. patrimônio . 2. educação patrimonial . 3.
cidadania.
I. Carlos Borges , Luiz , orient. II. Título.

A Otto, por me fazer amadurecer e querer ser criança todos os dias.

À minha mãe, que me apoiou desde quando pensei em voltar para academia depois de alguns anos afastada da universidade. A decisão de entrar no mestrado em plena pandemia com uma criança pequena precisou ser organizada e pensada muito antes, para que eu pudesse dar conta do turbilhão que seria. Ser mãe, e ser mãe solo, me ensina muito todos os dias e ao longo desse processo de mestrado aprendi muito sobre resiliência, tempo, paciência e dedicação.

Aos amigos que sempre me ouviram nos momentos de dúvidas, de desespero e de alegrias. Que souberam sempre ser colo quando precisei. Um Salve Clarisse, Luiza, Sabrina, Thaís, Ericka e todas as outras amigas que se fizeram presentes em todos os momentos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Borges.

Ao meu Orientador do estágio curricular Prof. Dr. Vladimir Sibylla por toda paciência nesse período e disponibilidade em me auxiliar nesse processo.

A todos os professores que me acompanharam nessa trajetória com conversas, conselhos e recomendações.

RESUMO

MOREIRA, Camila de Souza Aguiar, **O Direito ao Patrimônio e a função social dos museus: A Casa Museu Carlos Scliar e o fomento da cidadania na Baixada Litorânea – RJ.**
Orientador: Luiz Carlos Borges. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

Esta dissertação analisou a atuação da Casa Museu Carlos Scliar (CMCS) a partir do projeto CaptaAção “Meu Lugar Meu Patrimônio”, realizado em parceria com a Prolagos e a Secretaria de Educação, com os alunos da Rede Municipal de ensino público da Baixada Litorânea - RJ, no que tange às práticas de pertencimento e cidadania, tendo por motivo condutor o patrimônio da cidade de Cabo Frio. O objetivo deste trabalho foi evidenciar a função social da CMCS e sua relevância como espaço de discussão, empoderamento e pertencimento por meio de uma abordagem que relacione os ideais de Carlos Scliar com o projeto “Meu Lugar Meu Patrimônio”. A partir do método de pesquisa qualitativa, foi realizada a observação e o acompanhamento do projeto durante o ano de 2022. A pesquisa contou com o levantamento teórico de três eixos: o direito cultural, as identidades culturais na contemporaneidade e os museus como espaços possíveis de transformação e fontes comunicadoras da diversidade cultural e do patrimônio cultural. Com o propósito de conhecer as nuances de aplicação desses eixos teóricos com o projeto CaptaAção “Meu Lugar Meu Patrimônio”, foi observado o compromisso do museu em atuar no papel de mantenedor de um dos direitos básicos do ser humano: o direito a cultura. Por meio da coleta de dados e da elaboração de um diário de pesquisa, foram desenvolvidos os procedimentos que constituíram o material analisado. Ao perceber a questão patrimonial inserida em um processo de constante aperfeiçoamento e aprofundamento, procurou-se discutir a relação entre o home e o patrimônio – característica intrínseca à perspectiva museológica na qual o museu é colocado como fenômeno determinado no tempo. Como resultado, as atividades desenvolvidas na CMCS despertam uma cognição museal a partir da compreensão e apreensão do que seja um bem patrimonial, e incentivam o desenvolvimento de potencialidades individuais, sobretudo o projeto CaptaAção “Meu Lugar Meu Patrimônio”, que incentivou uma “inquietação patrimonial” nos alunos participantes tanto na visita guiada à CMCS quanto na proposta de produção artística sobre patrimônio e memória.

Palavras-chave: **Carlos Scliar; Cabo Frio; Museu; Patrimônio; Identidade; Pertencimento; Cidadania; Educação Patrimonial.**

ABSTRACT

MOREIRA, Camila de Souza Aguiar, **The Right to Heritage and the Social Function of Museums: The Casa Museu Carlos Scliar and the Promotion of Citizenship in Baixada Litorânea** - RJ. Supervisor: Luiz Carlos Borges. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertation.

This dissertation analyzes the work of the Casa Museu Carlos Scliar (CMCS), through the project "Captação: Meu Lugar Meu Patrimônio" (CaptureAction: My Place My Heritage), carried out in partnership with Prolagos and the Department of Education with students from the public municipal school network of Baixada Litorânea - RJ, regarding practices of belonging and citizenship, with the driving motive being the heritage of the city of Cabo Frio. Looking at the CMCS is to perceive its power as a center of memory of a great modernist visual artist in Brazil and to observe the educational projects developed by the institution, which aim at promoting citizenship in Baixada Litorânea. It is through these projects that CMCS awakens a museal cognition through the understanding and apprehension of what constitutes a heritage asset, as well as encouraging the development of each individual's potential. Throughout the duration of the "Meu Lugar Meu Patrimônio" project, I was able to observe how this work encourages a "heritage restlessness" among the participating students. In all stages of project development, students are invited to engage. Both during the visit, which aims to immerse students in the artistic world of Carlos Scliar, through guided tours and discussions about heritage and memory, and in the post-visit moment, where students are encouraged to produce an artistic piece for the cultural contest. The result of the works created by the students shows their involvement with the project. The objective of this work is to highlight the social function of CMCS and its relevance as a space for discussion, empowerment, and belonging, through an approach that relates Carlos Scliar's ideals to the "Meu Lugar Meu Patrimônio" project, which aims to raise awareness about citizenship with respect to the cultural heritage of the city of Cabo Frio. Using the qualitative research method, the project was observed and monitored throughout the year 2022. The research included a theoretical exploration of three axes: cultural rights, cultural identities in contemporaneity, and museums as spaces capable of transformation and communicators of cultural diversity and cultural heritage. In order to understand the nuances of applying these theoretical axes to the "Meu Lugar Meu Patrimônio" project carried out by CMCS, the museum's commitment to acting as a guardian of one of the basic human rights - the right to culture - was observed. Through data collection and the development of a research

diary, the procedures that constituted the analyzed material were carried out. Recognizing the heritage issue as part of a process of constant improvement and deepening, the discussion focused on the relationship between home and heritage - an intrinsic characteristic to the museological perspective in which the museum is placed as a phenomenon determined by time (ICOFOM, 1990). And as a result, there was an analysis of the work that CMCS proposes to undertake by positioning itself as a space capable of generating impact on the lives of those who are part of the classes served by the project as a starting point for understanding local/regional heritage.

Keywords: Carlos Scliar; Cabo Frio; **Museum; Heritage; Identity; Belonging; Citizenship; Heritage Education..**

SIGLAS E ABREVIATURAS

CMCS – Casa Museu Carlos Scliar

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

ICOFOM - *International Committee for Museology, ICOM* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

ICOFOM LAM - Organização Regional do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) para a América Latina e Caribe

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICCS – Instituto Cultural Carlos Scliar

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.	
Figura 01	Mapa do Rio de Janeiro e Microrregiões Geográficas	06
Figura 02	Mapa da cidade de Cabo Frio, Baixada Litorânea – RJ	06
Figura 03	Mapa da Lagoa de Araruama	08
Figura 04	Entrada Principal da Casa Museu Carlos Scliar, Cabo Frio	10
Figura 05	Fachada atual da Casa Ateliê Carlos Scliar, Cabo Frio – RJ	11
Figura 06	Fachada do ateliê em 1970, Cabo Frio – RJ	11
Figura 07	Caderno de Guerra, 1947	13
Figura 08	Capa da Revista Sim Senhor!	14
Figura 09	Reprodução de fotografia da Casa Ateliê Scliar	15
Figura 10	Painéis feitos para o Salão Nobre do Paço Municipal (Porto Alegre)	16
Figura 11	Fotografia do quadro: “E agora a laranja”	17
Figura 12	Fotografia do quadro “Pense”	17
Figura 13	Fotografia do quadro “O Bule Vermelho e a Janela Azul”, 1990	18
Figura 14	Fotografia da mesa de trabalho de Carlos Scliar – Cabo Frio – RJ	20
Figura 15	Fotografia do Painel Leia- Pense	21
Figura 16	Banner promocional do projeto Captação “Meu Lugar, Meu Patrimônio”	23
Figura 17	Acolhimento dos estudantes	24
Figura 18	Bate papo introdutório sobre patrimônio, cidadania e pertencimento	24
Figura 19	Apresentação de algumas técnicas de impressão utilizadas por Scliar	25
Figura 20	Mesa de trabalho como Scliar deixou	26
Figura 21	Obras de Scliar, expostas em seu ateliê	26
Figura 22	Vista interna do pátio da Casa Museu	27
Figura 23	Projeto Meu Lugar, Meu Patrimônio – ganhadores de 2022	32
Figura 24	Aplicação dos questionários presencial na E.M. Francisco Franco	34
Figura 25	Gráfico referente aos resultados do Questionário de Impacto (Professores)	35
Figura 26	Gráfico referente aos resultados do questionário de Impacto (Alunos)	36
Figura 27	Perguntas e respostas dos estudantes sobre o Projeto Meu Lugar, Meu Patrimônio	37
Figura 28	Respostas dos estudantes sobre o que aprenderam sobre patrimônio	42
Figura 29	Reprodução de imagens do curta-metragem 01	47
Figura 30	Reprodução de imagens do curta-metragem 02	48
Figura 31	Museus e suas Conexões	49
Figura 32	Uso Educacional do Patrimônio Cultural	54
Figura 33	Facilitando a compreensão da vida no passado	55
Figura 34	Modelo Contextual de Aprendizado	68

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	02
Cap. 1 A CASA MUSEU CARLOS SCLiar E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO DA CIDADE DE CABO FRIO – RJ	05
1.1 A Cidade de Cabo Frio: uma breve história	05
1.1.1 O Ateliê Carlos Scliar	09
1.1.2 Carlos Scliar – um pouco de sua cronologia artística	12
1.2 A Casa Museu Carlos Scliar e a garantia dos Direitos Humanos	19
1.2.1 Projeto CaptaAção “Meu lugar Meu patrimônio”	22
Cap. 2 A CASA MUSEU CARLOS SCLiar E O PROJETO CAPTAAÇÃO “MEU LUGAR MEU PATRIMÔNIO”	29
2.1 Meu Lugar Meu Patrimônio: A Casa Museu Carlos Scliar	29
2.1.1 A História do Projeto CaptaAção	30
2.2 Projeto CaptaAção: Expectativas e Desdobramentos	32
2.3 O desenvolvimento da Ação Educativa	43
2.3.1 Patrimônio	50
2.3.2 Educação Patrimonial	51
2.3.3 Pertencimento	56
2.3.4 Identidade	58
2.4 Direitos culturais, patrimônio e CMCS	59
2.4.1 Conexões	59
Cap. 3 O MUSEU COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO	64
3.1 Museologia e Patrimônio	64
3.1.1 A Coisa Real	67
3.2 Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, e Declaração de Caracas	69
3.2.1 A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972)	69
3.2.2 A Declaração de Quebec	72
3.2.3 Declaração de Caracas (1992)	73
3.3 Cultura e Cidadania	74
CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS	82
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIOS DE IMPACTO DO PROJETO CAPTAAÇÃO: MEU LUGAR MEU PATRIMÔNIO	83

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em convênio com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), este projeto de pesquisa tem por objetivo principal analisar e discutir a atuação da Casa Museu Carlos Scliar (CMCS) a partir do projeto Captação: “Meu Lugar Meu Patrimônio”.

Museu como ponto de conscientização

A inquietude que desencadeou este projeto de mestrado está associada aos questionamentos sobre como nós nos percebemos dentro do meio cultural e como ele pode impactar nossas vidas. Foi a partir disso que surgiram as questões: Quem garante nosso acesso ao patrimônio? Essas garantias são parte de uma lógica que engloba os direitos fundamentais do ser humano? Como nós nos percebemos parte do que é exposto nos museus? Esse sentimento é importante? Por que a atuação dos museus pode impactar a vida dos seus usuários? Como toda essa lógica se relaciona com os nossos processos de construção identitária e pertencimento? Qual a função social do museu?

Com essas provocações e após uma mudança decorrente do covid-19, eu vim para o interior do estado do Rio de Janeiro e me deparei com o trabalho realizado pela CMCS e o seu projeto Captação “Meu Lugar Meu Patrimônio”, o qual busca relacionar bens patrimoniais com a memória, a arte e o cuidado com a cidade. Segundo Desvallés e Mairesse (2013), a educação em um contexto museológico está ligada a mobilização de saberes, e busca o desenvolvimento e florescimento dos indivíduos, e é exatamente isso que o projeto pretende: estimular saberes por meio da educação patrimonial.

A criação do Instituto Cultural Carlos Scliar (ICCS) contou com a participação de seu patrono e o acompanhamento do seu filho, Francisco Scliar, alguns amigos e colaboradores. De acordo com a missão do Instituto, um de seus compromissos é difundir a cultura, divulgar a vida e obra do pintor, e dar acesso à população a seus acervos. A CMCS é a faceta museal do ICCS, e seu trabalho possui características do diálogo permanente entre acervo e público, o que possibilita a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização dos bens culturais (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999).

Ao longo de mais de 10 anos de atuação junto à população, o ICCS reforça seu compromisso de dar acesso e divulgar a cultura por meio das ações que realiza junto às escolas públicas da região (Ventura, 2018). Este compromisso institucional se concretiza nos diversos projetos desenvolvidos pela CMCS, tais como: Projeto Arte, Paisagem e Patrimônio e Memória Oral Gamboa – IPHAN, Projeto Captação: Respeito dá o tom – Prolagos, Projeto Captação: Seu descarte minha arte – Prolagos, Projeto Scliar e Patrimônio – Ponto de cultura Governo do Estado do Rio de Janeiro – Colégio Estadual Miguel Couto. Além desses projetos, há também uma Oficina-Escola que oferece aos estudantes da rede pública dos municípios que integram a Baixada Litorânea cursos de desenho, pintura, gravura e cerâmica¹. Atualmente, os trabalhos realizados pela CMCS são focados nas crianças e adolescentes da rede pública e, em sua maioria, são desenvolvidos em parcerias com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prolagos² e possuem relação com a Educação Patrimonial e seus desdobramentos.

A partir do estudo de caso proposto, não se trata de implicar que o processo identitário no qual vivemos e pelo qual temos consciência de nós mesmos precise perpassar pelo museu para que seja elaborado e estruturado. Procuro, aqui, observar o museu como um instigador, um elemento que, dentro da lógica sociocultural na qual vivemos, tem potencial para auxiliar na formação da nossa consciência acerca do meio, pois uma visita ao museu pode nos fazer pensar e despertar inquietações, sobretudo que o pertencimento está associado à nossa capacidade de aproximação com o patrimônio ao nosso redor. No caso desta pesquisa, essa aproximação é incentivada pelo projeto Captação “Meu Lugar Meu Patrimônio”, que se propõe a dialogar com estudantes da rede pública da Baixada Litorânea e incluí-los na discussão sobre pertencimento e patrimônio.

Com base na abordagem escolhida pela CMCS para lidar com concepção de pertencimento, direitos culturais e representatividade, tracei uma proposta que visa fazer uma costura entre o que simboliza o projeto Captação “Meu Lugar Meu Patrimônio” e o seu impacto na vida dos estudantes atendidos, os quais são examinados por meio do acompanhamento das visitas dos estudantes na CMCS e do levantamento teórico.

¹ As atividades da Oficina-Escola foram suspensas no início da pandemia e ainda não retornaram.

² A Prolagos é uma empresa da Aegea Saneamento, responsável pelos serviços de saneamento básico em cinco municípios da Baixada Litorânea (Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia) no estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1
A CASA MUSEU CARLOS SCLIAR E
SUA RELAÇÃO COM O
PATRIMÔNIO DA CIDADE DE
CABO FRIO - RJ

1 A CASA MUSEU CARLOS SCLiar E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO DA CIDADE DE CABO FRIO – RJ.

Para que eu pudesse me inteirar sobre a pertinência do trabalho realizado pela CMCS e compreender um pouco mais sobre quais são os seus impactos sobre a população da Baixada Litorânea, foi necessário um breve levantamento sobre a história da cidade de Cabo Frio, desde sua colonização pelos europeus até os dias atuais. Esta investigação possibilitou entender um pouco sobre a organização política, econômica e cultural da cidade e, conseqüentemente, a escolha da cidade pelo artista plástico Carlos Scliar para conceber seu ateliê na região. Ao apresentar os motivos que o trouxeram para a cidade, foi investigado o conteúdo da obra do artista e seus ideais, visto que sua expressão artística está intrinsecamente associada às suas inquietações políticas e sociais. À luz da sua expressão e história, é perceptível o propósito da CMCS, o que facilita a relação do seu papel tanto como ateliê quanto como museu.

Em seguida, foi estudado os conceitos de direitos humanos e direitos culturais, discutindo suas relações com o trabalho institucional realizado pela CMCS por meio da análise do projeto Captação “Meu lugar Meu Patrimônio”, que é o objeto de estudo desta pesquisa. A construção da relação entre direitos humanos e a CMCS foi articulada a partir da ligação entre museu e a compreensão cultural do significado de “garantia dos direitos humanos”.

1.1 A cidade de Cabo Frio: uma breve história

O litoral que hoje abriga a cidade de Cabo Frio, município situado na Baixada Litorânea no estado do Rio de Janeiro, pertenceu inicialmente à Capitania de São Vicente. De acordo com Ribeiro e Moreira, a região despertou interesse dos governadores do Rio de Janeiro Antônio Salema (1574-1577) e Constantino Menelau (1614-1617), que como membros da elite e proprietários de engenho e de plantações de cana-de-açúcar, tiveram sua atuação destacada na “Conquista” de Cabo Frio, em um momento que pode ser identificado como fundacional para a cidade.

Figura 01. Mapa do Rio de Janeiro e Microrregiões Geográficas

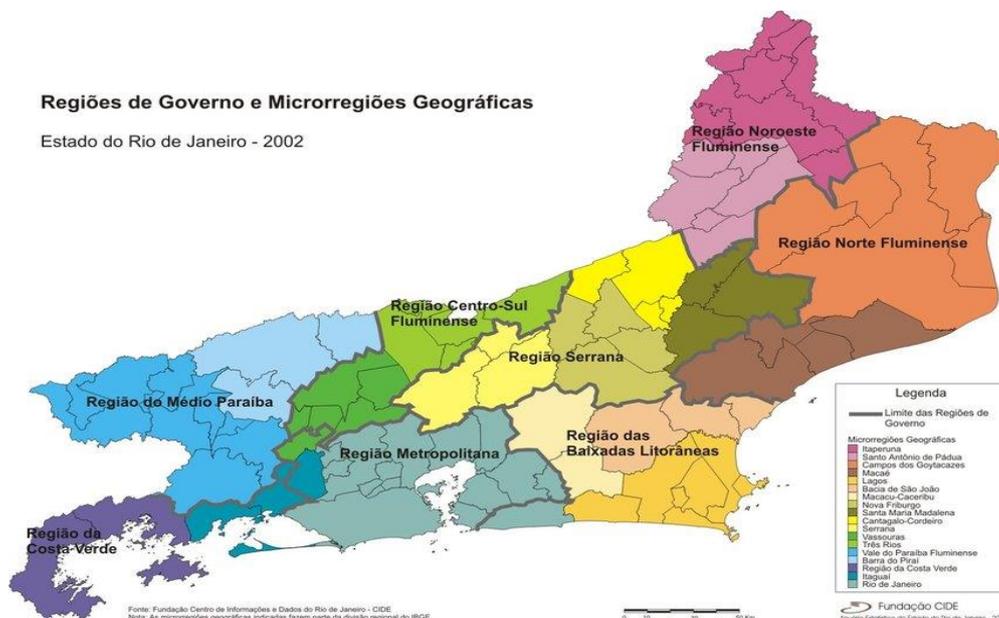


Figura 02. Mapa da cidade de Cabo Frio, Baixada Litorânea – RJ



Inicialmente a região fora habitada pelo povo indígena Tamoios (nome local assumido pelos Tupinambá, da família Tupi-Guarani, um dos membros do tronco Tupi). A ocupação do território pelos europeus foi marcada por intensos conflitos entre a população indígena que já habitava o território e os europeus e, além disso, pela intensificação da escravização de milhares de indígenas durante o período colonial, o que

³ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Regioes-de-Governo-e-Microrregioes-Geograficas-do-Estado-do-Rio-de-Janeiro_fig2_275886291. Acesso em: 18 fev. 2024.

⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Frio#/media/Ficheiro:RiodeJaneiro_Municip_CaboFrio.svg. Acesso em: 5 fev. 2024.

resultaria na Guerra de Cabo Frio (1575). Em 1615, o governador do Rio de Janeiro, Constantino Menelau, com a ajuda de indígenas catequizados, levantou a Fortaleza Santo Inácio e fundou a Vila de Santa Helena do Cabo Frio, a sétima mais antiga do Brasil⁵.

Ao contar brevemente uma parte da história da colonização da cidade de Cabo Frio, levo em consideração que a historiografia local, especialmente aquela produzida pelos autores regionais, conhecidos também como memorialistas⁶, pouco ou nada falaram a respeito da relação da primeira elite fluminense com a região de Cabo Frio, limitando-se a apresentar os personagens de uma maneira pontual e descritiva, sem uma preocupação apurada e, acima de tudo, problematizada.

O início do desenvolvimento urbano de Cabo Frio se deu entre 1650 e 1660, após a vila ter sido elevada à categoria de cidade, e seu nome passar a ser Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio. A cidade começou a se expandir entorno das igrejas, com a ampliação da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, com a construção da capela de Nossa Senhora da Guia, no Morro do Itajuru, e com a Igreja de São Benedito, no Largo da Passagem. Nesta época, durante o século XVII, a pesca, que foi uma das primeiras atividades da região, associou-se à produção de sal, devido ao impulso econômico que esta atividade desencadeou a partir da crise do sal português⁷. Essa crise foi relevante para que as atenções se voltassem para a cristalização natural do produto na Lagoa de Araruama, fazendo com que a produção de sal fosse abundante na região. Entre o século XIX e meados do século XX, a cidade de Cabo Frio se tornou uma das maiores distribuidoras de sal do país.

⁵ Disponível em: <<https://cabofrio.rj.gov.br/historia>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

⁶ O conceito, ao que parece, surgiu na França entre os séculos XIII e XIV, por meio de cronistas medievais. No Brasil, apareceu com mais propriedade na virada do século XIX para o XX, fruto das transformações socioeconômicas que ocorriam por conta do processo de urbanização. Desta feita, nas regiões que sofriam estas mudanças surgiram intelectuais que começavam a registrar essas alterações em suas localidades (Franchini; Moreira, 2017, p.29).

⁷ Durante a crise do sal, os produtores de sal em Cabo Frio enfrentaram altos impostos e restrições comerciais impostas pelas autoridades coloniais portuguesas, o que levou a uma revolta local contra as políticas opressivas e injustas. Os produtores de sal se rebelaram contra as autoridades portuguesas, buscando maior autonomia e liberdade econômica.

Figura 03. Mapa da lagoa de Araruama



Fonte da imagem: Imagem extraída no Google Maps® em 10 set. 2022.

Ao fazer um recorte para a década de 1960, percebe-se que a atividade econômica sofreu uma mudança devido ao crescimento do turismo.

A ocupação da cidade mantém-se às margens do Canal, na década de 1940, e, embora tenha havido um crescimento em direção ao mar, as construções continuavam com suas fachadas principais voltadas para o canal até a década de 1960, quando ocorre a expansão imobiliária na região, ampliada nos anos seguintes em decorrência da construção da Ponte Rio – Niterói (Ventura, 2019, p.39).

A cidade Cabo Frio despertou essa visão paradisíaca⁸, seja com os primeiros colonizadores europeus, seja com quem, assim como Carlos Scliar, buscava referências artísticas e um espaço tranquilo para produzir.

[...] é esta província sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras de América, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e em grã maneira deleitosa e aprazível à vista humana. A província [...] é revestida de alto e espesso arvoredo e regada com águas de muitas ribeiras, a terra é sempre verde, o clima de permanente primavera: nunca nela se sente frio nem quentura excessiva (Franchini; Moreira, 2017, p.50).

E, por fim, com base em algumas informações “técnicas”, retiradas do documento *Estudos Socioeconômicos Municípios do estado do Rio de Janeiro – 2019 – Cabo Frio*, o principal acesso à cidade é pela variante da rodovia RJ-140, que tem ligação com a rodovia RJ-106, em São Pedro da Aldeia. No mapa de Turismo do estado do Rio de

⁸ Nota histórica: essa visão paradisíaca se estendia para toda terra Brasilis e era um dos motivadores da expansão cristã.

Janeiro, a região é denominada Baixada Litorânea. Essa breve contextualização serve para nos familiarizarmos com a cidade de Cabo Frio e compreendermos um pouco de sua história, desde sua fundação (colonial) até os dias de hoje e, conseqüentemente, o papel que a Casa Museu Carlos Scliar exerce como ponto cultural.

Longe de se atentar apenas ao resgate e à preservação da história, acredita-se que só é possível pensar a sociedade com seus problemas, suas angústias, suas inquietações etc., a partir da análise do processo histórico; portanto, de sua formação histórica, para que se possa entender como estas questões foram geradas (Franchini; Moreira, 2017, p.22).

1.1.1 O Ateliê Carlos Scliar

Em 1965, Calos Scliar adquiriu um sobrado em ruínas e se dedicou à sua reforma com o auxílio do arquiteto Fernando Arnaldo Teixeira Soares e da assessoria de Mirian Latif, IPHAN. A casa está localizada na Rua Marechal Floriano, 253, no bairro de São Bento, na cidade de Cabo Frio, às margens do Canal do Itajuru.

A orla na frente da residência de Scliar foi batizada, por meio de um decreto da prefeitura de Cabo Frio, em 2006, como Orla Scliar e possui uma urbanização personalizada, com as cores da paleta do pintor em vasos esféricos, confeccionados especialmente para o local. Em frente à casa também há uma estátua do pintor, em tamanho real, confeccionada pelos escultores Cristina Ventura e Jonas Corrêa. O entorno é constituído por elementos naturais que fazem parte do Conjunto Paisagístico tombado pelo IPHAN (Capela da Guia, Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Ponte Feliciano Sodré). O tombamento da Casa Ateliê Carlos Scliar, incluindo seu entorno e todo o acervo do pintor, se deu por meio do decreto nº4.387, em 25 de março de 2011, com esfera municipal pelo Instituto Municipal do Patrimônio Cultural (IMUPAC).

Figura 04. Entrada Principal da Casa Museu Carlos Scliar, Cabo Frio – RJ



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2022.

Apesar da história do pintor com Cabo Frio ter tido início em 1941, ao acompanhar o cineasta Ruy Santos que foi à Baixada Litorânea fazer um documentário, apenas em 1965 Scliar se estabelece na cidade, ao comprar e reformar o sobrado que hoje é a Casa Museu, um sobrado setecentista adquirido em ruínas e reformado para que pudesse abrigar seu ateliê.

A escolha da casa de Cabo Frio para sede da instituição passou por dois critérios: o primeiro foi a carência de espaços culturais na região fluminense, diferentemente da estrutura cultural existente na cidade de Ouro Preto, e a segunda razão foi a maneira como Scliar lidou com os espaços da casa de Cabo Frio - nos anos de 1970, o artista construiu um anexo para abrigar todo seu arquivo pessoal, seus desenhos, estudos e gravuras. A casa principal foi decorada por Scliar com obras dos amigos, constituindo uma expressiva coleção de pintores da arte contemporânea brasileira. As obras foram as paredes de todos os ambientes da casa, tornando o espaço, além de uma casa museu de personalidade, também uma casa de colecionador (Instituto Cultural Casa Museu Carlos Scliar, Casa Museu, 200-?)⁹.

Em 2001, foi fundado o Instituto Cultural Carlos Scliar (ICCS) com o objetivo de promover as artes, como desejava seu mentor. O ICCS tem como missão difundir a cultura em todas as suas formas de manifestação, preservar e divulgar a vida e obra do pintor, além de dar acesso à população aos acervos bibliográfico, pictórico e documental da instituição (Ventura, 2018). A abertura para o público ocorreu em 2004, e sua ambientação mantém a dos espaços deixada por Scliar, ou seja, a casa possui um ambiente acolhedor e intimista, onde se encontram seus objetos pessoais, suas obras e

⁹ Disponível em: <<https://carlosscliar.com.br/casa-museu/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

obras de amigos como Djanira, Cildo Meirelles, Di Cavalcanti, entre outros. Atualmente, a casa atende a aproximadamente 2000 visitantes por ano e possui um programa educativo voltado prioritariamente para os estudantes da rede pública.

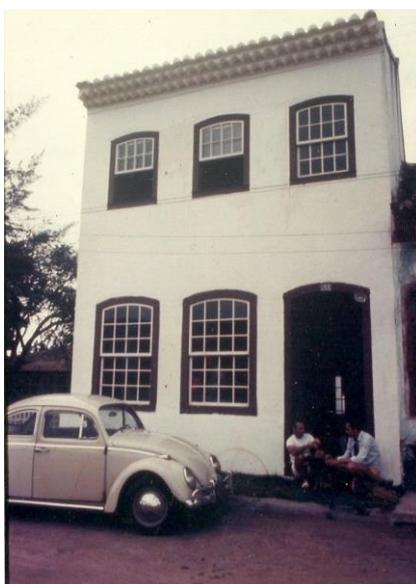
Figura 05. Fachada atual da Casa Ateliê Carlos Scliar, Cabo Frio - RJ



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2022.

Figura 06. Fachada do ateliê em 1970, Cabo Frio – RJ



Fonte da imagem: Acervo do Instituto Cultural Carlos Scliar

1.1.2. Carlos Scliar – Um pouco da sua cronologia artística

Filho dos imigrantes Cecília Stechman e Henrique Scliar, oriundos da Ucrânia e Rumânia (Bessarábia), que se fixaram no Brasil enquanto suas famílias judaicas fugiam dos conflitos sociais que ocorriam na Rússia no período que antecedeu a guerra de 1914, Carlos Scliar nasceu em 21 de junho de 1920, em Santa Maria da Boca do Monte, distrito de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul e, com 6 meses, foi levado para Porto Alegre, onde morou até seus 18 anos.

Com apenas 11 anos de idade, Scliar já colaborava nos suplementos infantis dos jornais Diário de Notícias e Correio do Povo, de Porto Alegre, fazendo contos, poemas, inventando lendas e ilustrando seus textos, sendo que a ilustração se tornou a sua atividade principal. Com 15 anos expôs pela primeira vez em uma mostra coletiva, a Exposição do Centenário Farroupilha, em Porto Alegre.

Scliar fez parte da vanguarda do Rio Grande do Sul e conhecia o meio artístico dos grandes centros – RJ e SP - graças ao jornal *Correio da Manhã*, cujos colaboradores eram Cândido Portinari, Emiliano Di Cavalcanti, Lasar Segall, Oswaldo Goeldi, entre outros.

Ao colocar os pés no Rio de Janeiro, pretendia conhecer Portinari, que representava uma espécie de bandeira da arte moderna com apelos nacionalistas (Lontra, 1991). Ao procurar por Portinari no Ministério da Educação e da Cultura (MEC), Scliar foi recebido pelo pintor em sua residência e recebe duras críticas ao seu trabalho. Nas palavras de Scliar:

Fui à casa levando minha pasta e ele me fez uma pergunta que nunca mais pude esquecer, que é decisiva pra mim: “Você quer fazer ilustração, decoração para o teatro, ou você quer ser um pintor?” Eu respondi: Eu quero ser pintor. Ele falou: “Então não é nada disso que você está fazendo” (Scliar apud Lontra, 1991).

Esse encontro o deixou “embananado”, como diria o próprio Scliar sobre esse episódio (Lontra, 1991).

Rubem Braga, que chegou durante a década de 1930 ao Rio Grande do Sul contratado por um jornal, foi importante para a trajetória de Scliar, pois foi quem o incentivou no início de carreira com suas análises e observações, e foi por meio de um convite seu que Scliar passou um período em São Paulo e integrou o grupo Família Artística Paulista, participando da exposição do grupo no Rio de Janeiro. Em 1940, o pintor teve sua primeira mostra individual, em São Paulo. Em 1941, mudou-se para o Rio de Janeiro a convite de Jorge Amado e, neste mesmo ano, conheceu Cabo Frio, na

companhia do cineasta Ruy Santos. Ao voltar para São Paulo, iniciou um curso de Ciências Sociais na Fundação Armando Alvares Penteado.

Foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), depois de se alistar voluntariamente em setembro de 1944, e partiu para Itália para se integrar ao Segundo Escalão da FEB. Durante o tempo em que ficou no campo de batalha, fez inúmeros desenhos de soldados e das mazelas da guerra, os quais foram publicados como “Cadernos de Guerra”, em 1947. Anos depois, Scliar escreveu sobre isso:

Foi na guerra, em contato com a miséria que ela produz, vivendo aqueles instantes derradeiros, que banham de luz nova tudo que nos cerca, que se iniciou uma nova etapa em minha pintura. Eu era, senão um pessimista, quase um cético; me descobri então um lírico, um lírico visceralmente otimista, com uma tremenda confiança na humanidade. Na humanidade que tomava consciência e aprendia a se defender (Scliar apud Lontra, 1991, p.35).

Figura 07. Caderno de Guerra, 1947

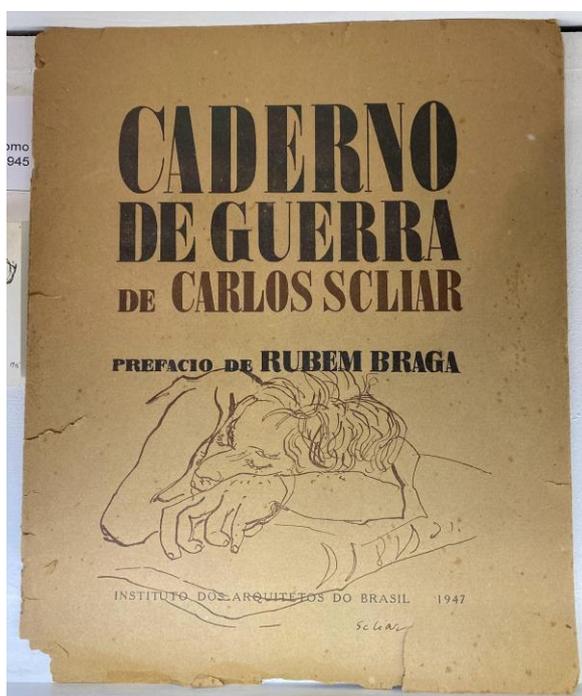


Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Acervo do Instituto Cultural Carlos Scliar

Ao retornar ao Brasil, participou ativamente do movimento em prol do fim da ditadura de Vargas¹⁰, da anistia de presos políticos e da campanha por uma nova Constituinte, na consolidação do processo democrático brasileiro. Ainda na década de 1940, Scliar filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido que representava as

¹⁰ Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 e 1945 e durante o seu governo foi instaurado o Estado Novo, em 1937. A ditadura brasileira teve como características a centralização do poder na mão dos militares, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

aspirações da humanidade, sua luta contra o nazifascismo no Brasil e no mundo (Ventura, 2018, p.22).

Em 1948, decidiu fixar residência em Paris, onde permaneceu por 4 anos na Europa, viajando e participando de discussões sobre as correntes abstratas e o realismo socialista. Em 1952, ele voltou ao Brasil convencido de que deveria buscar seu caminho mais profundo, mais coerente consigo e com a sua visão das coisas e, junto de um pequeno grupo, integrado por Glauco Rodrigues, Glenio Bianchetti, Danubio Gonçalves, criou o Clube de Gravura de Bagé, que a princípio tinha o lema: “a primeira condição do artista é adquirir uma base profissional”, ao qual posteriormente acrescentaram: “a liberdade nasce do conhecimento”. O movimento tinha como objetivo tornar acessível a arte ao povo brasileiro. Entre 1958 e 1960, exerceu o cargo de diretor gráfico da revista “*Senhor*”, seu último trabalho como artista gráfico.

Figura 08. Capa da Revista Sim Senhor!

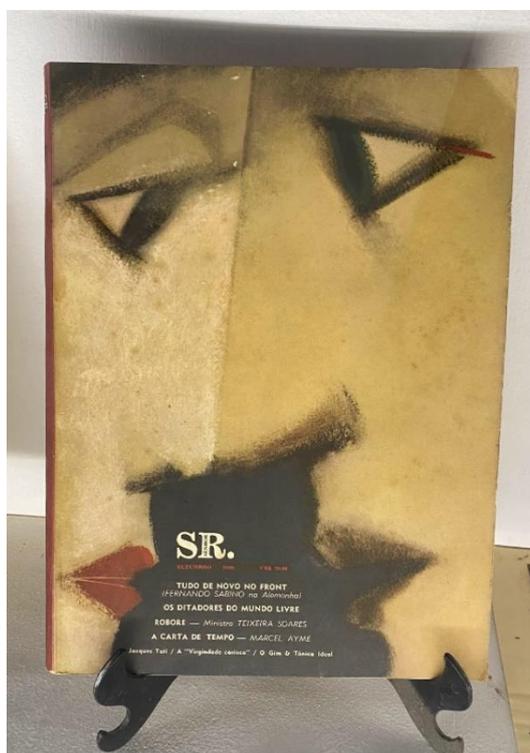


Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Acervo do Instituto Cultural Carlos Scliar.

O trabalho na revista *Senhor* representa a possibilidade do artista propor-se a novos desafios: o trabalho gráfico, além da disciplina, impôs a Scliar a necessidade de ser veloz, de comunicar-se imediatamente com seu público (Lontra, 1991, p.52).

Ao se tornar artista contratado da *Petite Galerie*, Scliar passou a “se entusiasmar com o fato de agora ter vinte e quatro horas por dia só para pintar, sua produção aumenta de tamanho e passa a trabalhar em estado de euforia” (Lontra, 1991, p.45). Em meados da década de 1960, um fator marcante para a vida e a obra do artista foi a aquisição dos espaços em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, e na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. No que concerne a essas duas aquisições, ele declarou: “[...] considero-me um homem rico da experiência de todos os homens, de todos os tempos. Se puder transmitir esse calor não será inútil minha presença. Transformo minhas estadas em Ouro Preto e Cabo Frio em laboratórios de liberdade” (Scliar, 1983, p.30).

Abaixo uma reprodução de foto que mostra a parte interna do sobrado colonial em ruínas no canal do Itajuru em Cabo Frio, e que, após restauração, se tornou sua moradia por cerca de 40 anos.

Figura 09. Reprodução de fotografia da Casa Ateliê Scliar

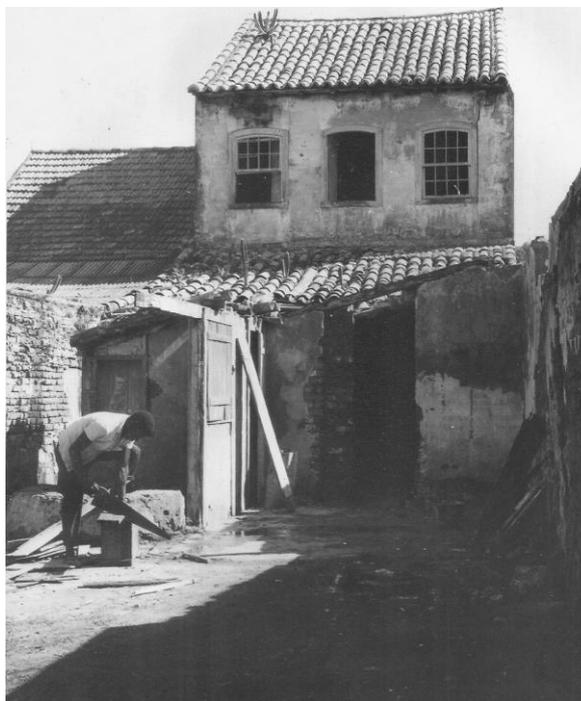


Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Acervo do Instituto Cultural Carlos Scliar.

[...] a oportunidade de morar e trabalhar na cidade de Cabo Frio, área de ensolarada beleza do litoral fluminense. Para um artista comprometido com a técnica de observação da paisagem, a vivência cotidiana na Região dos Lagos [Baixada Litorânea], longe do burburinho e das mazelas típicas da cidade grande, fez com que suas composições se enriquecessem, adotando soluções mais ricas e harmônicas entre as áreas de luz e sombra, deixando-se sensibilizar ainda mais pela relação entre os tons quentes e frios, elaborando o movimento das formas e pesquisando as texturas da matéria, tornando assim sua pintura ainda

mais rica e variada, e aproveitando-se com mais liberdade e emoção de amplas áreas da cor clara e limpa que a natureza do local lhe sugeria unindo, nas diversas marinhas executadas desde então, essa luminosidade, essa atmosfera matinal e radiante, com uma permanente tranquilidade e placidez dos objetos (Lontra, 1991, p.55) .

Com reconhecimento internacional, Scliar dedicou-se integralmente à arte e sua obra é marcada pela preocupação e envolvimento com as questões político-sociais (Ventura, 2018). Durante o período da ditadura,¹¹ ele buscou incitar o público à reflexão, pois, segundo ele, “[...] era um momento que as autoridades queriam pensar por nós, subestimando a capacidade e a inteligência do nosso povo” (Scliar, 1991, p.75).

Foi na década de 1970 que aconteceu sua mostra retrospectiva, a qual reuniu mais de 800 peças, entre pinturas, desenhos e gravuras, no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, e posteriormente no MAM de São Paulo. Esse período também foi marcado como um tempo de silêncio e realizações, no qual Scliar se dedicou à produção de painéis. Por indicação de Lucio Costa, pintou um painel para o Banco Aliança, no Rio de Janeiro, e foi convidado a executar um outro, destinado à sede da Prefeitura de Porto Alegre, cujo tema era a história da cidade.

Figura 10. Painéis feitos para o Salão Nobre do Paço Municipal (Porto Alegre)



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Site da UFRGS / #tramas da arte

Durante toda a década sua pintura abriu espaço à objetividade das linhas, à clareza da composição, uma espécie de leitura metafórica da situação política do país (Lontra, 1991, p.76).

¹¹ Período da ditadura militar que teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart e se estendeu de 1964 à 1985, com caráter autoritário e nacionalista.

Figura 11. Fotografia do quadro “E agora a laranja”; Vinil encerado sobre tela; Cabo Frio, RJ; 1975



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Reprodução do acervo da CMCS, 2022.

Figura 12. Fotografia do quadro “Pense”; vinil e colagem sobre tela; Cabo Frio, RJ, 1975

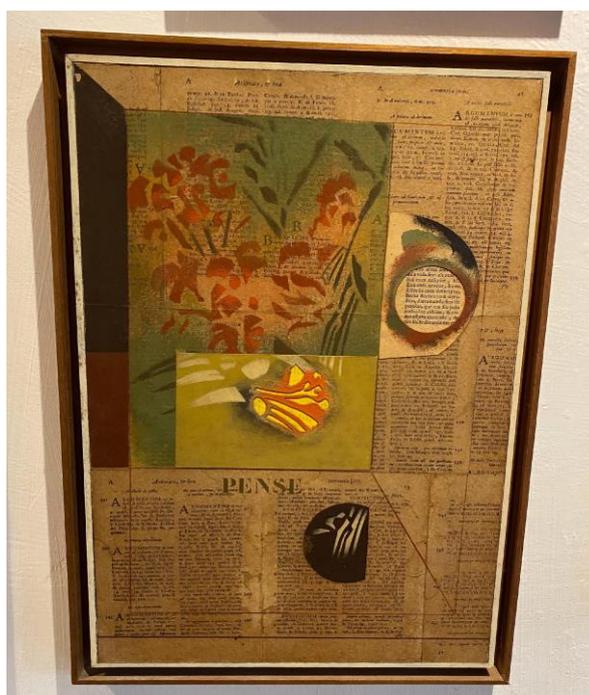


Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Reprodução do acervo da CMCS, 2022.

Coerente com sua ideologia, jamais o artista cedeu aos apelos do ufanismo, ao contrário, fez da realidade cotidiana do homem trabalhador brasileiro o tema principal de sua obra, valorizando, assim, com inteligência, a sensibilidade e a verdadeira imagem de um país que o poder constituído queria a todo custo apagar (Lontra, 1991, p.76).

Os anos 1980 representaram o período de maturidade do artista. Menos preocupado com as inovações, buscou sedimentar, no espírito e na inteligência das pessoas, as conquistas da modernidade e, por isso, trabalhou e retrabalhou suas imagens. E, por se mostrar sempre ligado à defesa do patrimônio natural da cidade de Cabo Frio, participou ativamente do tombamento do Morro do Telégrafo, em 1986.

Pretendia, quando jovem, mudar o mundo com meus quadros; os propósitos, ainda que ingênuos, eram honestos e válidos e continuam valendo, somente que hoje me proponha, mais discretamente, ser parte da evolução cultural brasileira, transmitindo em minhas obras o amor às coisas simples, que fazem a beleza da vida, esta que deve, por todos os meios, ser amada e defendida (Scliar apud Lontra, 1991, p.187).

Figura 13. Fotografia do quadro “O Bule Vermelho e a Janela Azul”, 1990

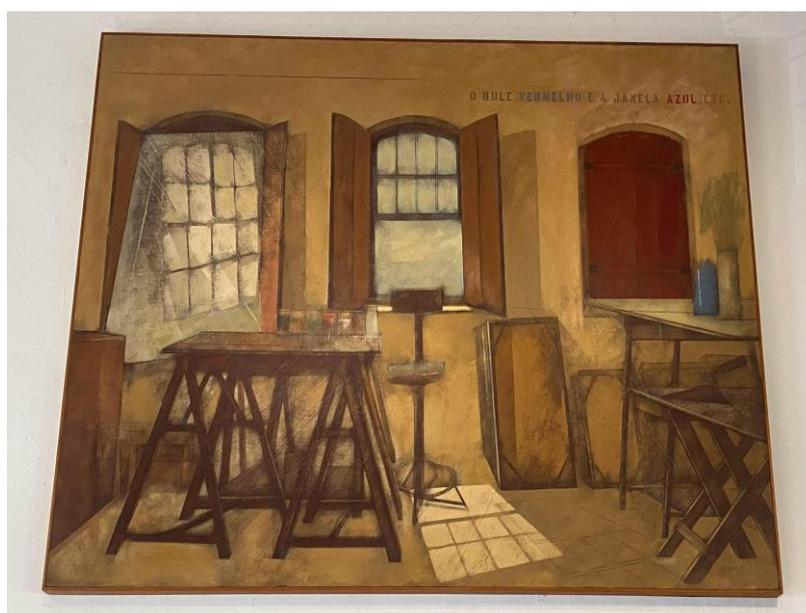


Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Reprodução do acervo da CMCS, 2022.

No final de sua vida, ele ainda seguia incansável em suas atividades e deixou para o acervo da CMCS o registro de suas telas, desenhos e documentos que retratam sua atuação como artista. Morreu em 2001, no mesmo ano em que foi criado o ICCS, onde posteriormente nasceu a CMCS em Cabo Frio, que desenvolve atividades culturais.

Para ilustrar e compreender um pouco sobre quem foi e como Carlos Scliar era percebido pelos seus contemporâneos e amigos, segue alguns breves comentários sobre a sua personalidade. Estes recortes endossam sua coerência e habilidades enquanto artista plástico:

A extensa obra de Scliar é um raro exemplo de dedicação e tenacidade. É sempre oportuno louvar a firmeza de caráter, a coerência com que conduziu pela vida afora sua posição política, pautada na luta pela

defesa dos oprimidos / Depoimento de Athos Bulcão (Lontra, 1991, p.159).

[...] Disciplinado e rigoroso, Scliar não pertence à família dos artistas que se alimentam das explosões emocionais, dos rompantes intuitivos. Há sem dúvida, em sua pintura, intuição e emoção, mas ambas sujeitas a uma exigência compositiva e artesanal que, por assim dizer, as esfria (Gullar, 1981, p.112).

Carlos Scliar é um desses homens que pertencem ao restrito mundo das pessoas espertas. Interessado por tudo que compõe o ambiente complexo da vida, movimenta-se firme e delicadamente entre confrontos ásperos e difíceis na defesa intransigente das coisas fundamentais que por vezes acreditamos eternas. Scliar, homem-pintor, é crença e garra, tanto na elaboração de seu trabalho criativo quanto na certeza de que a destruição pode e deve ser evitada a partir da objeção crítica, consciente do homem responsável, mantendo-se sempre aberto às transformações advindas das propostas sérias e consequentes, sem preconceitos. Esse homem ensinou-me cada dia a admirá-lo mais (Aquino, 1990, p.168).

[...] Setenta anos, sim, porque a arte de Carlos Scliar vem de berço; é uma herança que ele recebeu de sua gente, voltada para a expressão artística e cultural como modo de vida. Esta trajetória se caracterizou pelo esforço, pela humilde e autêntica vontade de aprender, mas sobretudo pela coerência. Coerência é a marca deste artista. Seu estilo mudou, nesta década, mas o propósito persistiu: enriquecer a nossa existência com a mensagem de que há nas coisas – num bule, num ferro de passar, num barco – uma beleza oculta, que faz da vida algo digno de ser vivido. Um artista assim merece mais que o nosso aplauso. Merece nossa gratidão e nosso carinho (Scliar, 1990, p.170).

1.2 A Casa Museu Carlos Scliar e a garantia dos Direitos Humanos

Um dos incentivos mais poéticos para a criação do ateliê na cidade de Cabo Frio foi a sua iluminação natural e Scliar sempre apreciou a iluminação da região (Ventura, 2018). Somado a esse fator, outro ponto relevante foi sediar o ateliê onde não houvesse um circuito cultural marcante, diferente de Ouro Preto – a segunda cidade em que o artista mantinha um espaço.

Figura 14. Fotografia da mesa de trabalho de Carlos Scliar – Cabo Frio – RJ



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Compilação do autor, 2022.

Desde a criação do ICCS, há a preocupação em ser um espaço para produção de conhecimento, um local para pensar e questionar. Como Scliar estava sempre consciente do que acontecia a sua volta, suas obras tinham uma pegada politizada, o que levava suas obras a refletirem sua vontade de provocar o espectador, de questionar, fazer pensar, e como o próprio dizia:

A todo instante tenho consciência do que está acontecendo e desejaria, com minhas obras, gestos e palavras, atuar sobre os homens. Gostaria de poder sensibilizá-los a fazer de seus olhos instrumentos inteligentes que saibam ver, pensar e agir na defesa do que é belo e essencial para todos. São limitados nossos meios e pretensiosas nossas intenções – e inúmeros os caminhos – mas penso que todos os meios servem – até este catálogo – para discutirmos o que nos parece importante. Minha crença nos valores fundamentais da humanidade faz de mim um elo, ainda que precário, com tudo o que foi e com o que será. Tento fazer do ato de criar um instante de inteligência e de amor ao homem (Scliar, 1981).

O lugar reverbera essa “energia”, uma inquietude intelectual. Uma das missões mais significativas do ICCS está associada ao trabalho educativo que é desenvolvido pela CMCS, a qual procura integrar crianças e adolescentes da rede pública com a temática do patrimônio e bens culturais, inserindo a noção de patrimônio¹² de forma

¹² Essa noção remete ao conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das

lúdica por meio de um olhar atento para as obras de Carlos Scliar. A partir da observação *in loco*, é perceptível que os estudantes se apropriam do espaço como quem usa uma ferramenta de apoio e, por meio de uma espécie de continuidade com o trabalho desenvolvido pelo artista, o ICCS propaga seu objetivo de contribuir para uma consciência crítica e renovadora acerca da realidade que cerca o cidadão, entendendo que um projeto social se faz no seio de um contexto histórico e social.

Figura 15. Fotografia do Painel Leia- Pense



Foto – C. Moreira, 2023

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2023.

Ao pensarmos o papel do museu segundo a nova definição do *International Councils of Museums (ICOM)*¹³ (2022), conectamo-lo diretamente com o trabalho realizado na CMCS, onde há uma parceria estabelecida com a sociedade por intermédio de projetos educativos, os quais somados ao propósito do espaço em encorajar a elaboração de um pensamento crítico, delineiam a coerência que envolve a CMCS e seus movimentos. Ideais do artista, inclusão e cidadania são traços que vemos presentes no projeto Captação “Meu Lugar Meu Patrimônio”. A preocupação com a cidadania é constante e um ponto crucial para se entender o que é realizado na CMCS.

gerações futuras. O patrimônio é um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades (Desvallés; Mairesse, 2013, p.74).

¹³ Um museu é uma instituição acessível, inclusiva e sem fins lucrativos, que inspira descoberta, emoção, reflexão e pensamento crítico em torno do patrimônio material e imaterial. A serviço da sociedade e em parceria ativa com diversas comunidades, os museus investigam, colecionam, conservam, exibem, educam e comunicam. Os museus funcionam profissional e eticamente, promovendo a sustentabilidade e a equidade. (Disponível em: <http://www.icom.org.br>. Acesso em: 6 abr. 2022).

O próprio Scliar dizia que o seu papel como artista é “provocar nas pessoas o desejo de ver o mundo” (Ventura, 2018). O ICCS aparece como um espaço que efetivamente incentiva a discussão e o pensamento sobre as questões patrimoniais ao estimular cada visitante a refletir sobre a ideia de pertencimento quando somos conectados à uma história, a um grupo ou a uma instituição cultural, e nos tornamos mais suscetíveis a lutar em prol do que acreditamos e a cuidar do patrimônio com o qual vivemos e convivemos. Integrada nessa lógica, a CMCS desenvolve ainda outros projetos que têm o intuito de incentivar a discussão e o pensamento sobre as questões patrimoniais.

1.2.1. Projeto Captação “Meu Lugar Meu Patrimônio”

O projeto Captação “Meu Lugar Meu Patrimônio” é uma realização da CMCS em parceria com a empresa Prolagos e a Secretaria de Educação, e possui como objetivo contribuir com a responsabilidade social e o apoio à Educação, além de incentivar a cultura da diversidade e a inclusão social.

O projeto toma corpo a partir das reuniões realizadas com profissionais da área de educação, serviço social, arquitetura e com os representantes das Secretarias de Educação dos municípios atendidos pela concessionária Prolagos, onde são apresentados os planos, as metas da ação e as indicações das escolas participantes.

O projeto Captação “Meu Lugar Meu Patrimônio”, por meio de uma visita guiada na CMCS, propõe-se um diálogo sobre patrimônio, pertencimento e cidadania, e no final dessa experiência, é realizada uma oficina de serigrafia. A visita com discussão e mais a realização da oficina tem duração de aproximadamente 3 horas, que pode ser realizada no turno da manhã (9h) e da tarde (14h), com turmas de no máximo 25 alunos, incluindo um professor/responsável. O público-alvo são os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, matriculados nas escolas da rede pública dos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio.

Após a visita, a CMCS propõe um concurso cultural que incentiva a produção artística e estimula todos os alunos que participaram das visitas ao longo do ano a pensarem e produzirem algum material – texto, música ou curta-metragem – que leve em consideração a temática trabalhada. Para finalizar as atividades do projeto, há uma cerimônia de encerramento na qual acontece a premiação do concurso cultural, onde os colaboradores da Prolagos e representantes da CMCS selecionam e premiam um

vencedor para cada categoria a partir de alguns critérios: criatividade, inovação, originalidade e fidelidade ao tema.

Figura 16. Banner promocional do projeto CaptaAção “Meu Lugar, Meu Patrimônio”



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2022.

Segundo Godoy (1995, p.61), uma das melhores maneiras de se captar a realidade é o pesquisador “colocar-se”, ao menos idealmente, no papel do outro, com empatia. E foi a partir dessa perspectiva que a abordagem qualitativa foi escolhida como metodologia deste projeto e foram realizadas visitas de acompanhamento nas imersões realizadas na CMCS, com o intuito de observar, de modo presencial (e com o necessário afastamento crítico), como o projeto é realizado, a fim de examinar o impacto da discussão sobre patrimônio nos estudantes.

Como o ambiente *in loco* é fonte direta de dados e o pesquisador é instrumento fundamental para esse levantamento (Godoy, 1995, p.62), apresentarei um breve relato das visitas de acompanhamento nos encontros realizados na CMCS: os alunos foram recebidos na entrada da Casa Museu e, ao entrarem no espaço, foram convidados a assinarem o livro de presença da instituição e, posteriormente, foram alocados confortavelmente no pátio para o acolhimento, onde teve início com um bate-papo e foi discutido o significado da palavra patrimônio. A coordenadora do espaço, Cristina Ventura, fez o papel de mediadora e, além de questionar, convidou os alunos a refletirem sobre o que eles entendem acerca da palavra Patrimônio. Neste momento, algumas

frases chamaram a atenção, como “Patrimônio é tudo o que você conquista”, ou “Patrimônio é casa”.

Figura 17. Acolhimento dos estudantes



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2022.

Figura 18. Bate-papo introdutório sobre patrimônio, cidadania e pertencimento



Foto – C. Moreira, 2023

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2023.

Figura 19. Apresentação de algumas técnicas de impressão utilizadas por Scliar



Foto – C. Moreira, 2022

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2022.

No decorrer da visita, a conversa seguiu em torno da ideia de que embora sem conhecermos as definições teóricas, temos consciência do que é patrimônio cultural e de que ele nos pertence, e é nosso por direito. Foram usados como exemplo o Maracanã e o Cristo Redentor que, embora estejam longe espacialmente dos estudantes da Baixada Litorânea, são importantes exemplares do patrimônio fluminense. A coordenadora da CMCS falou também do Forte São Matheus, da Capela de Nossa Senhora da Guia e do Convento, da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e das Dunas, com o objetivo de ilustrar os elementos que são tombados como patrimônio material e natural da cidade de Cabo Frio, além de fazer com que os estudantes se integrem na discussão sobre patrimônio e tombamento.

Durante toda a experiência da visita, a aproximação dos alunos com o conteúdo foi feita por meio dos estímulos que o próprio espaço dispõe, como as obras do artista, a disposição do mobiliário da casa, a arquitetura e o entorno, que contém elementos tombados pelo IPHAN e pelo INEPAC. A conversa trouxe para a realidade dos estudantes a ideia de que eles farão a diferença para um futuro melhor, pois quando eles se apropriarem do patrimônio, das noções de tombamento, preservação e conservação, eles poderão agir com mais segurança na manutenção dos espaços públicos.

Figura 20. Mesa de trabalho como Scliar deixou



Foto – C. Moreira, 2023

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2023.

Figura 21. Obras de Scliar, expostas em seu ateliê



Foto – C. Moreira, 2021

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2021.

Figura 22. Vista interna do pátio da Casa Museu



Foto – C. Moreira, 2021

Fonte da imagem: Compilação da autora, 2021.

CAPÍTULO 2

A CASA MUSEU CARLOS SCLiar E O PROJETO CAPTAÇÃO “MEU LUGAR MEU PATRIMÔNIO”

2 A CASA MUSEU CARLOS SCLiar E O PROJETO CAPTAÇÃO “MEU LUGAR, MEU PATRIMÔNIO”

2.1 Meu Lugar Meu Patrimônio: A Casa Museu Carlos Scliar

A edificação está localizada na cidade de Cabo Frio, no bairro de São Bento, que fica às margens da Lagoa de Araruama. A paisagem do entorno é formada por um Conjunto Paisagístico tombado pelo IPHAN, que engloba o Morro da Guia, Capela da Guia, Morro do Telégrafo, Canal do Itajurú, Convento de Nossa Senhora dos Anjos (atual Museu de Arte Religiosa e Tradicional) e a Ponte Feliciano Sodré. De acordo com o site do IPHAN,

a concepção de paisagem presente neste tombamento considerou os bens arquitetônicos e os elementos naturais que os emolduram como um conjunto indissociável, seguindo, portanto, um padrão de alguns tombamentos paisagísticos realizados no mesmo período. Os primeiros tombamentos de bens culturais realizados pelo Iphan, em Cabo Frio, ocorreram em 1956 e 1957.

É neste cenário que acontecem os projetos educativos da CMCS. A casa abrigou, em um primeiro momento, o ateliê de Carlos Scliar e, em 2001, foi criado o Instituto Cultural Carlos Scliar. Em 2004, foi aberto ao público, oferecendo atividades culturais e educativas. A CMCS faz parte do Instituto Cultural Carlos Scliar e atua realizando projetos educativos para as comunidades escolares da região. Em sua maioria, os trabalhos são realizados em parceria com a empresa Prolagos, o Colégio Estadual Miguel Couto, o IPHAN e o governo do estado do Rio de Janeiro.

Os projetos que já passaram pela CMCS foram: *“Arte, Paisagem e Patrimônio e Memória Oral Gamboa”*, *“Memória Oral do bairro da Gamboa”*, *“Captação: Respeito dá o tom”*, *“Captação: Seu descarte minha arte”*, *“Scliar e o patrimônio”*, *“Somos Divas na Luz do Candeeiro”* e *“Captação: Meu Lugar, Meu Patrimônio”*.

O projeto *“Arte, Paisagem e Patrimônio e Memória Oral Gamboa”*, em parceria com o IPHAN, aconteceu em 2010 e promoveu oficinas de pintura e xilogravura, tendo como tema a preservação da paisagem urbano-ambiental da cidade, o qual resultou na exposição *“Arte, Paisagem e Patrimônio”*. Em 2014, com o projeto *“Memória Oral do bairro da Gamboa”*, estudantes da Escola Municipal Prof.^a Elicéia da Silveira produziram um documentário sobre o bairro. Em 2017, o projeto *“Captação: Respeito dá o tom”*, em parceria com a Prolagos, tratou de questões relativas ao racismo, no qual o tema foi aprofundado por meio de imersões artísticas nos espaços da CMCS e com a participação

de 512 estudantes do Colégio Estadual Miguel Couto e do Instituto de Educação Professora Ismar Gomes de Azevedo. Em 2019, o projeto “*CaptaAção: Seu descarte minha arte*”, em parceria com a Prolagos, trabalhou o tema lixo, focado nos danos causados pelos resíduos plásticos e no qual participaram cerca de 900 estudantes da rede pública dos municípios de Arraial do Cabo, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba. Ainda em 2019, o projeto “*Scliar e o patrimônio*”, em parceria com o Ponto de Cultura do governo do estado do Rio de Janeiro e com Colégio Estadual Miguel Couto, ofereceu palestras, oficinas de gravura e cerâmica para 229 estudantes do Colégio Miguel Couto. Em 2020, o projeto “*Somos Divas na Luz do Candeeiro*” foi realizado com mulheres moradoras das comunidades quilombolas da região, durante o qual foram oferecidas aulas de cerâmica com o objetivo de capacitá-las para com um novo ofício visando geração de renda. Em 2021, o projeto “*CaptaAção: Meu Lugar, Meu Patrimônio*” trabalhou questões sobre patrimônio, identidade, memória e cultura com os alunos da rede pública da região.

Dentre esses projetos elencados acima, destaco o *CaptaAção: Meu Lugar, Meu Patrimônio*, que é o grande motivador desse estudo, pois trabalha de forma sutil e direta com a noção de pertencimento cultural e de patrimônio destacando que a cultura pode ser um fator de desintegração/opressão das comunidades ao mesmo tempo que também pode ser a representação do dia a dia. A relação do projeto com o fato museal¹⁴ (Waldisa Russio, 2010) se passa por intermédio da comunicação, por meio de elementos que são produzidos para explanar o conhecimento. Por isso, a informação e a educação devem estar em primeiro plano, uma vez que, para entendermos nossos direitos e nosso lugar no território, precisamos de uma maior compreensão sobre as nossas histórias e, sobretudo, valorizá-las.

2.1.1 A História do Projeto CaptaAção

O Projeto *CaptaAção* nasce de uma parceria entre a CMCS e a concessionária Prolagos, e tem como objetivos: a responsabilidade social, o apoio à educação, à diversidade cultural e a inclusão social, além de propor a transformação do ser por meio da abordagem de temas relevantes para o desenvolvimento da sociedade, estimulando o pensamento crítico e reflexivo, o senso de responsabilidade, a criatividade e a inovação dos estudantes da rede pública de ensino (Prolagos, 2017). O projeto possui subeixos temáticos e, a cada edição, trabalha um tema específico. As edições do *CaptaAção* já

¹⁴ Relação entre o homem, sujeito que conhece o objeto, parte da realidade a qual o homem pertence e tem poder de agir.

trataram sobre o racismo em “*Respeito dá o Tom*” (2017-2018), o lixo em “*Seu Descarte Minha Arte*” (2019), o patrimônio, a memória e a identidade em “*Meu Lugar, Meu Patrimônio*” (2021 e 2022) e as características hidrográficas da Região dos Lagos em “*Mergulho nas Águas*” (2023).

O objeto desta investigação é a edição “*Meu Lugar, Meu Patrimônio*” realizada no ano de 2022. Institucionalmente, o cronograma do Captação é dividido em 4 etapas que são: visita guiada ao Instituto Carlos Scliar, oficina de serigrafia, momento de reflexão e produção artística. As três primeiras etapas duram em média 3h e são programadas para acontecer durante o ano letivo, entre os meses de março a outubro, às terças-feiras, nos turnos da manhã (com início às 9h) e da tarde (com início às 14h), em turmas de no máximo 25 alunos acompanhados de um(a) professor(a) responsável.

A última etapa, de caráter optativo, é um concurso cultural, no qual os alunos podem participar produzindo materiais inéditos que se enquadrem nas categorias “Produção Textual”, “Música” e “Curta-metragem”. Na seção de “Produção Textual”, os alunos produzem individualmente um texto com a temática da edição. Para participar da seção “Música”, os alunos se organizam em grupos de no máximo 4 integrantes e podem apresentar uma composição com duração de até 6 min, que deve ser elaborada com base no tema “patrimônio, memória e identidade”. Para a inscrição na categoria “Curta-metragem”, os alunos se organizam em grupos de no máximo 5 integrantes para a produção de curtas originais e inéditos com duração de até 3 min. A avaliação e seleção das melhores produções de cada categoria dar-se-ão com base na criatividade, inovação, originalidade e fidelidade ao tema. Os arquivos dos materiais produzidos devem ser enviados para um link de compartilhamento do Google Drive e é imprescindível que haja identificação de título, nome dos integrantes, instituição de ensino e turma.

A premiação dos trabalhos ganhadores é realizada em uma cerimônia de encerramento no cinema do Instituto Cultural Carlos Scliar, sendo selecionados três ganhadores por categoria.

Figura 23. Projeto Meu Lugar, Meu Patrimônio – ganhadores de 2022

Categoria	Projetos Premiados	Instituição	Aluno(a)	Professor(a) Orientador(a)
Produção Textual	1º lugar <i>“Patrimônio Cultural em Nossa Paisagem”</i>	E.M Prof. ^a Ciléa M. Barreto	Alice Carvalho	Vagner Cerqueira
	2º lugar <i>“Minha cidade, meu bem maior”</i>	E. M. Maria da Glória	Kauã de Souza	Bárbara Sherman
	3º lugar <i>“Amor Também é Patrimônio”</i>	E.M Prof. ^a Ciléa M. Barreto	Késia Cristina Silva de Oliveira	Vagner Cerqueira
Música	1º lugar <i>“Colunas foram erguidas”</i>	E.M Prof. ^a Ciléa M. Barreto	Ellen dos Santos Moreira, Maria Clara Castro Lima e Hilary de Jesus Amorim	Vagner Cerqueira
	2º lugar <i>“Esse é o meu lugar”</i>	INEFI ¹⁵	Clarice Lopes Rodrigues e Larissa da Silva Tatagiba	Bruno Ferreira
	3º lugar <i>“Miséria”</i>	E.M. Maria da Glória	Kauã Franciscone	Bárbara Sherman
Curta-metragem	1º lugar <i>“Meu lugar meu patrimônio - O Mangue de Pedra”,</i>	INEFI	Ana Kathelyn Rosa Gonçalves, Pietra Tarcia Napolitana e Sâmela Santos Rodrigues	Bruno Ferreira
	2º lugar <i>“Pesca artesanal”</i>	CIEP 147	Mariah dos Santos Amaral	Bianca Cardoso
	3º lugar <i>“Meu Lugar, meu patrimônio”,</i>	E.M. Francisco Franco	Ana Clara Souza do Nascimento, Ana Clara Benevenuto Conceição, Ana Cláudia Souza do Nascimento e Lara Pereira Bispo Paixão	Emanuelle Silva

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Os vencedores de cada categoria exemplificam como o processo de educação patrimonial pode trazer resultados ao serem aplicados em adolescentes, além de evidenciar a importância de uma comunicação assertiva para a introdução de diferentes assuntos com os estudantes.

2.2 Projeto Captação: Expectativas e Desdobramentos

O projeto é realizado com as turmas do Ensino Fundamental II (9º ano). Todas as escolas participantes são do Ensino Básico e o 9º ano representa a última turma desse ciclo, a conclusão desta etapa marca o encerramento da Educação Básica. Nesse

¹⁵ Instituto Profissional de Habilitação Profissional e Formação Integral.

momento, os alunos começam a ser questionados sobre qual caminho irão trilhar e qual profissão irão seguir. Com a entrada no Ensino Médio, os alunos são transferidos para outras instituições de ensino. Assim, o primeiro desafio estava lançado: conseguir pensar em uma estratégia de contato para chegar aos participantes da edição do Projeto “Meu Lugar, Meu Patrimônio” do ano de 2022.

Inicialmente, o contato se deu por meio dos e-mails e telefones oficiais de cada instituição. Nas mensagens enviadas, havia uma explicação sobre esta pesquisa e o motivo do contato. Por dos meios oficiais não consegui falar com nenhuma das cinco escolas. Os telefones não estavam corretos e os e-mails que não voltaram não foram respondidos. Entrei em contato com as Secretarias de Educação das cidades de São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Búzios e Arraial do Cabo. As únicas respostas que consegui vieram da Secretaria de Búzios. Para conseguir contactar as outras escolas, procurei os professores responsáveis pelos projetos vencedores pelas redes sociais e falei diretamente com eles, explicando o motivo do contato. Todos foram receptivos e me auxiliaram na mediação com os alunos. O professor Bruno Ferreira, do INEFI, possuía o contato pessoal dos alunos e criou um grupo no Whatsapp para que o questionário fosse respondido, e, caso eu precisasse de mais alguma informação, pudesse entrar em contato diretamente com os alunos participantes. A professora Bárbara Sherman, da E.M. Maria da Glória, me colocou em contato com a diretora da instituição, que me passou o número dos responsáveis dos alunos. A partir da CMCS pude falar com a direção das escolas E.M. Ciléia Barreto e E.M. Francisco Franco. A diretora Marcelle Nades, da E.M. Ciléia Barreto, me passou os contatos dos responsáveis, e a diretora Jéssica, da E.M. Francisco Franco, me convidou para ir à escola, pois ela entraria em contato com as alunas que ganharam o projeto pedindo para que fossem a escola responder o questionário.

Com o intuito de ouvir os ganhadores do concurso cultural, foi elaborado um questionário com questões sobre a CMCS, o qual foi distribuído entre alunos, professores e diretores das escolas vencedoras, para que houvesse um maior entendimento sobre o processo de envolvimento, as motivações e o impacto em cada uma dessas pessoas com a participação no projeto “*Captação: Meu lugar Meu Patrimônio*”. Os questionários foram produzidos inicialmente em formato digital, pela plataforma gratuita do Google Forms, com o objetivo de serem facilmente repassados para os alunos por meio do Whatsapp, por questões de praticidade, tanto para a coleta e análise dos resultados quanto para manter o anonimato e garantir maior liberdade para as respostas aos entrevistados.

Contudo, ao longo do processo surgiram dificuldades em relação à logística para conseguir o contato dos alunos e dos respectivos responsáveis (mudança de escola, ausência de número para contato atualizado) e por este motivo três questionários precisaram ser respondidos pessoalmente, em suporte físico, visto que os alunos não possuíam celular com acesso à internet. Mas, para a pesquisa, essa “dificuldade” foi bastante enriquecedora, uma vez que, a partir dela, foi possível conversar e ouvir das próprias alunas como foi a experiência de participação no projeto.

Figura 24. Aplicação dos questionários presencial na E. M. Francisco Franco, Cabo Frio



Fonte da imagem: C. Moreira, 2022.

Para a minha surpresa, a escola está localizada em uma área rural e quilombola da região, onde não há sinal de internet e, por ser um bairro carente, as crianças não tinham acesso a celular. Fui pessoalmente a escola. O trajeto durou cerca de 1h50 da rodovia principal até a porta da escola. O que mais me impressionou foi a quantidade de premiações por produções artísticas/intelectuais que a escola possuía. Mesmo sendo bastante afastada do centro e sem acesso à internet, os alunos participam de vários concursos e competições acadêmicas e culturais. Chamou-me a atenção o fato de que essa mesma escola, desde o ano de 2017, quando o projeto Captação começou a ser realizado na CMCS, sempre teve algum aluno vencedor em uma das categorias dos concursos culturais.

Infelizmente, não consegui contato com nenhum participante oriundo do CIEP Brizolão 147, em Arraial do Cabo. A direção mudou do ano de 2022 para 2023 e a atual diretora decidiu não disponibilizar os dados dos responsáveis pelos alunos, alegando que não poderia divulgar essas informações.

Em relação às outras escolas que me proporcionaram fazer contato com os responsáveis, a abordagem foi por meio de mensagem textual, na qual expliquei o motivo para me comunicar com os jovens e solicitei que os adolescentes respondessem as perguntas sobre a participação no projeto CaptaAção. Todos os responsáveis contactados foram bastante solícitos e repassaram o questionário para os jovens.

O objetivo do questionário era entender o perfil dos alunos, professores e diretores e a sua relação tanto com a CMCS quanto com o Projeto CaptaAção. Primeiramente, busquei descobrir se existia algum contato prévio dos participantes com a CMCS, ou se essa relação teve seu primeiro contato facilitado pela parceria com a escola. De acordo com os gráficos gerados automaticamente por meio das respostas na plataforma do Google Forms, o acesso ao espaço do museu foi facilitado graças à parceria do Projeto CaptaAção com a CMCS.

Figura 25. Gráfico referente aos resultados do Questionário de Impacto (Professores)

Você já conhecia a Casa Museu Carlos Scliar antes da visita feita com a escola?

9 respostas

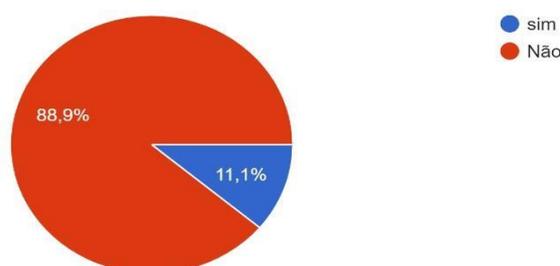


Foto – C. Moreira, 2023

Fonte da imagem: Compilação do autor¹⁶, 2023

¹⁶ Gráfico gerado de forma automática por meio das respostas do questionário feitas pelo Google Forms.

Figura 26. Gráfico referente aos resultados do questionário de Impacto (Alunos)

Se não fosse a escola você iria à Casa Museu Carlos Scliar?

9 respostas

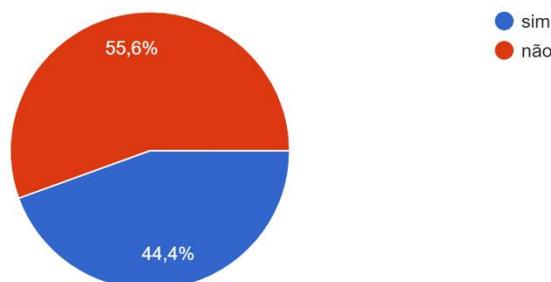


Foto – C. Moreira, 2023

Fonte da imagem: Compilação do autor, 2023

A relação museu-escola é um portal de acesso à cultura e tem o objetivo de contribuir para a formação dos indivíduos por meio de uma imersão na CMCS e de uma oficina de xilogravura. Essas estratégias pedagógicas privilegiam o conhecimento local, informal, o saber popular e a cultura regional como formas de superação da exclusão social e da violência, construindo espaços de cidadania e o fortalecimento das identidades locais.

Portanto, para esta ação que age em conformidade com a escola, destaco a resolução do Fundo Nacional de Educação para exemplificar as bases legais nas quais o projeto se realiza. De acordo com a Resolução/CD/FNDE¹⁷/N°052, de 25 de outubro de 2004, considerando:

a importância de se ampliar o escopo das atividades da escola para promover a melhoria da qualidade da educação no país; a importância de se promover maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas e a necessidade de redução da violência e da vulnerabilidade socioeconômica nas comunidades escolares;

RESOLVE “AD REFERENDUM”:

Art. 1º - Apoiar a instituição de espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de lazer, nos finais de semana nas escolas públicas da educação básica por intermédio do Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Lazer para a Juventude.

Art. 2º - A execução do Programa Escola Aberta – PEA ficará a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria de Educação Básica (SEB), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

¹⁷ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

– UNESCO e contará com a participação das Secretarias Estaduais de Educação – SEDUC e Secretarias ou Órgãos Municipais de Educação.

O compromisso com a cidadania, um dos valores da CMCS, é desenvolvido quando o museu participa ativamente do processo de educação dos jovens. Por este motivo, o conhecimento da perspectiva dos estudantes sobre o projeto é fundamental, para que possamos analisar os impactos causados pela vivência no Captação “Meu Lugar, Meu patrimônio” em suas vidas.

Figura 27. Perguntas e respostas dos estudantes sobre o Projeto Meu Lugar, Meu Patrimônio

Questões	Respostas dos estudantes
<p>1) O que você aprendeu ao conhecer a história da Casa Museu Carlos Scliar?</p>	<p><i>“Aprendi sobre o meu lugar meu patrimônio até porque eu não pensava desse jeito. Só de pensar que o Scliar reformou toda a casa que estava aos pedaços me ajuda a refletir que preciso cuidar do meu lugar.”</i></p> <p><i>“Aprendi que Carlos Scliar era um pintor que pintava os objetos de sua casa e que até agora a história dele ainda não acabou eu estou pronta para novas histórias.”</i></p> <p><i>“Que cada um de nós deixamos uma história por onde passamos. Cabe a nós escolhermos fazer a diferença.”</i></p> <p><i>“Eu aprendi muito sobre o artista e o seu trabalho e também aprendi mais sobre o que é um patrimônio.”</i></p> <p><i>“Eu aprendi sobre a arte e sobre os quilombolas.”</i></p> <p><i>“Aprendi muito sobre Cabo Frio e suas experiências artísticas e históricas.”</i></p>
<p>2) Qual o impacto da discussão sobre Patrimônio na sua vida?</p>	<p><i>“Acho que mudou meu jeito de pensar sobre meu lugar.”</i></p> <p><i>“Reconhecimento cultural.”</i></p> <p><i>“Um impacto muito bom, pois nos ensina a dar mais valor ao nosso patrimônio de alguma maneira, sua história, lembramos do porque o faz tão importante.”</i></p> <p><i>“Descobrir o que é patrimônio me levou a entender que não se baseava apenas em empresas, casas e heranças, mas que era muito além disso, que era tudo que é nosso por direito como por exemplo os nossos bens naturais como os mangues, praias etc...”</i></p> <p><i>“Patrimônio é muito importante para saber quem você foi e quem você está se tornando, e isso é necessário.”</i></p> <p><i>“Dar valor ao que vivenciamos hoje. A visita ao museu trouxe algo que acredito ser algo que posso evoluir, saber que o Carlos Scliar foi um grande homem que fazia algo que gostava e deixou sua marca, me faz pensar sobre fazer o que eu sonho e deixar aquilo registrado futuramente, fazendo assim os patrimônios que criei durante a minha jornada serem a minha marca registrada.”</i></p> <p><i>“Sobre como é importante você ter que cuidar do patrimônio na sua vida, e guardar para você por que um dia outras pessoas irão ver o que você guardou para o mundo.”</i></p> <p><i>“Para dar mais valor as coisas, mesmo que sejam pequenas.”</i></p>

<p>3) O que te motivou a participar do concurso cultural do Projeto Captação: Meu Lugar, Meu Patrimônio?</p>	<p><i>“Me motivou porque eu queria mostrar que o meu lugar é um local que precisa ser cuidado.”</i></p> <p><i>“Foi a experiência que mudou a minha opinião, não só a minha, mas das minhas amigas. Concordamos em fazer juntas e saiu o curta-metragem.”</i></p> <p><i>“Conhecimento.”</i></p> <p><i>“Motivação de nossos professores e colegas”.</i></p> <p><i>“Principalmente pela ideia de me expressar sobre algo que gosto, saber que como Carlos Scliar teve o seu desejo na arte, eu me interessei na parte de escrever, algo que fiz por saber que poderia me aproximar na área da escrita”.</i></p> <p><i>“Meu professor de artes, ele me motivou a participar”.</i></p> <p><i>“Foi minha professora Bárbara”.</i></p>
<p>4) Qual a importância para você de ser um(a) dos(as) ganhadores(as) do concurso cultural?</p>	<p><i>“Foi muito importante fiquei muito feliz não só eu, mas todas as minhas amigas foi um momento de muitas felicidades”.</i></p> <p><i>“Foi muito importante, me motivou mais”.</i></p> <p><i>“Uma honra, além do prêmio aprendi muitas coisas, tive o prazer de conhecer a casa e sua grande história”.</i></p> <p><i>“Me fez sentir capaz”.</i></p> <p><i>“Quando nós fomos ao mangue fazer o projeto foi um momento muito agradável, esse dia foi muito especial e guardo como uma linda lembrança. Quando ganhamos o concurso foi ainda melhor e como se reconhecem o nosso esforço que foi dedicado ao trabalho”.</i></p> <p><i>“Eu me senti muito honrado”.</i></p> <p><i>“Eu fiquei tão feliz porque foi a primeira vez que ganhei um prêmio desses”.</i></p> <p><i>“Me senti bem importante e conheci muitas pessoas”.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A partir dessas respostas, conseguimos visualizar que um dos objetivos principais do projeto foi alcançado, pois visava uma maior conexão com a cidade, com a história da região e com o próprio museu. Também foi perceptível a valorização pelo conhecimento adquirido tanto com a imersão realizada no museu quanto nas pesquisas para a produção do material para o concurso cultural.

Aprofundar a relação com outros espaços e com as pessoas que neles atuam, buscar outras parcerias e múltiplas possibilidades de atuação na comunidade no sentido de juntos, contribuírem para a construção de um projeto político pedagógico, que não seja só da escola, mas da comunidade. Esta e outras ações são importantes e significativas, pois dialogam com a proposta de intersectorialidade, criando uma composição de planejamento pedagógico integrado, integrando o currículo de forma inter e transdisciplinar, inserindo a comunidade como agente participativo

no resgate e construção de sua identidade cultural (Bandeira; Lima, 2012, p.54).

A relação da educação patrimonial com a cidadania permite a interação entre valorização e a compreensão do patrimônio cultural e histórico, despertando nossa identidade como cidadão. Ao conhecer e preservar nosso patrimônio, desenvolvemos um senso de pertencimento e responsabilidade em relação a nossa comunidade, uma vez que entendemos que cuidar do que é nosso é um ato de cidadania. O projeto Meu Lugar Meu Patrimônio utiliza uma metodologia que permite aos alunos enxergarem além do presente, facilitando a criação de conexões com suas raízes, o que fortalece a identidade cultural e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados. Compreender e respeitar o patrimônio também implica reconhecer a diversidade e promover o diálogo entre diferentes culturas, o que é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. Assim, a educação patrimonial fortalece a cidadania, que por sua vez fortalece o cuidado com o patrimônio.

A iniciativa que subjaz ao Captação é uma aposta para diminuir a evasão escolar que acontece no 9º ano da Rede Pública de Ensino nas escolas da região, pois a proposta procura incentivar os alunos a permanecerem na escola, proporcionando novas perspectivas sobre a importância dos estudos e as possibilidades que essa continuidade na vida escolar pode oferecer. O estímulo que a CMCS pretende provocar nos estudantes é a consciência para a vida, o que vai ao encontro da narrativa de Carlos Scliar, que buscava “provocar nas pessoas os desejos de ver o mundo” (Scliar, 1992, p.42).

A CMCS e o projeto se desenvolvem sempre alinhados com o propósito do Instituto, que é manter vivos os ideais de seu patrono. O projeto tem como uma de suas premissas a promoção da cidadania e, para tal, procura integrar os jovens da rede pública nas discussões sobre patrimônio e pertencimento. A parceria com a Prolagos, ao oferecer transporte para os alunos, proporciona-lhes o acesso ao museu e ao concurso cultural ao patrocinar a premiação. A sensibilização dos alunos é feita na CMCS através do contato olho no olho, um dos recursos da Educação Patrimonial, facilitado com mediação da Cristina Ventura (atual coordenadora da CMCS), em um ambiente que possui bastante história para contar, e que ao longo de sua trajetória continua tecendo novas histórias.

A educação patrimonial, aliada às metodologias de ensino que existem hoje, é importante para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e integrativas dos estudantes. Assim, para ilustrar os diálogos entre museus e sociedade e entender o papel da educação patrimonial no processo de construção da cidadania, foi elaborado um

gráfico estrutural de uma organização social complexa, que representa simultaneamente os diferentes elementos do grupo e as suas ligações. Essa (des)construção de palavras vai nortear as ramificações que poderão ser facilitadas pelo exercício e prática do pensamento sobre patrimônio e museus.

Paulo Freire e Antonio Faudez (1985), ao falarem sobre a forma de escrita do livro *“Por uma pedagogia da pergunta”*, afirmam que a produção intelectual e o conhecimento não precisam necessariamente estarem associados a laboratórios e salas de estudo silenciosas; é possível (e válido!) estar aberto ao mundo, experimentando novas formas de fazer “[...] uma ruptura da acomodação intelectual, ou seja, esta tentativa de fazer com que o trabalho intelectual seja um trabalho coletivo. E, sem dúvida, o método que mais se presta a esse tipo de tentativa é o diálogo” (Freire, Faudez, 1985, p.7).

Ao abrirem um espaço para a relevância da oralidade, Freire e Faudez (1985) reconhecem que ela desempenha um papel fundamental na educação por várias razões, como, por exemplo, o desenvolvimento da linguagem em crianças, ao ajudar a melhorar as habilidades de comunicação, vocabulário e compreensão; o papel da tradição oral na transmissão de histórias, lendas, mitos e conhecimentos culturais, o que facilita a formação e a preservação da identidade cultural e permite que as gerações mais jovens aprendam com as mais antigas; o aprendizado colaborativo, ao favorecer que os alunos trabalhem em grupos, discutam ideias e resolvam problemas juntos, promovendo o desenvolvimento de habilidades de trabalho em equipe; o aprendizado ativo, ao estimular o pensamento crítico, a participação e a interação entre os alunos e professores, o que pode tornar as aulas mais envolventes e dinâmicas, contribuindo para uma melhor retenção de informações; e a ampliação do repertório cultural, visto que por meio da oralidade os alunos têm a oportunidade de ouvir e aprender sobre diferentes perspectivas, culturas e experiências, o que pode enriquecer sua compreensão de mundo. Ou seja, a oralidade desempenha um papel relevante na educação, ajudando os alunos a desenvolverem habilidades de comunicação, compreensão, expressão e interação social, além de promover o aprendizado ativo e a preservação da cultura e tradição oral.

Para Freire e Faudez (1985), a oralidade é percebida como uma ferramenta essencial na educação, pois permite que os alunos se engajem em diálogos críticos, construam seu conhecimento de maneira participativa e se tornem agentes de mudança em suas vidas e comunidades. E nesta questão de engajamento social, Carlos Scliar, Freire e Faudez (1985) se complementam, pois eles possuíam uma preocupação com questões sociais, problematizando, em suas obras, a desigualdade, a pobreza e a opressão.

A arte de Scliar frequentemente abordava essas questões e refletia seu compromisso em dar voz às questões sociais por meio de suas obras. Isso não é diferente do legado que a CMCS mantém aceso e em desenvolvimento ainda hoje, ao provocar os alunos por meio de diálogos e a incentivá-los a uma leitura artística do que foi internalizado nesse mergulho temático sobre patrimônio, identidade e memória. A CMCS utiliza a educação patrimonial em seus projetos para se comunicar com os estudantes da região, entendendo o trabalho educacional focado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (Horta, 1999). Portanto,

A partir da **experiência** e da do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**” (Horta, 1999, p.4. grifo da autora).

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, os quais despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio ambiente histórico em que o aluno está inserido oferecem oportunidades de possibilitar sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre suas origens e território.

Neste sentido, destaca-se a importância do ato de ler o mundo que a educação patrimonial possibilita. De casa até a escola o educando passa por ruas, praças e monumentos. Em outras palavras, o bairro, a cidade, e a região como um todo, são espaços de aprendizagem, de reflexão e construção do pensamento crítico. Interrogar esses elementos que constituem o bairro, a comunidade, a cidade, oportuniza a compreensão e a conscientização da realidade (Barroso, 2022, p.40).

É possível perceber o despertar de um outro olhar para a vida cotidiana após discussão e imersão na temática do Patrimônio.

Figura 28. Respostas dos estudantes sobre o que aprenderam sobre patrimônio

Questão	Respostas
O que você aprendeu com a discussão sobre Patrimônio?	<p><i>“Fazer aquele curta metragem me levou a lugares que eu não me interessava e ver os vídeos de outros curta metragem de outros alunos me fez conhecer lugares que eu nunca vi”.</i></p> <p><i>“A importância de preservarmos nosso lugar, mantermos os ideais para que os outros vejam e façam o mesmo. Sobre ter orgulho de chamar de nosso. Fazer parte de um todo”.</i></p> <p><i>“É um lugar de paz e conforto e aonde que você se sente em casa”.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A vida e os produtos culturais passam a fazer mais sentido para esses jovens, pois há um processo de ressignificação de valor em relação ao patrimônio, visto que ter mais clareza sobre desse conhecimento traz um sentimento de conforto, de pertencimento. Ao conhecermos e nos debruçarmos sobre a nossa história, damos sentidos a ela. Nesse momento, avista-se o potencial multidisciplinar que a educação para o patrimônio facilita na colaboração dos professores de diversas áreas do conhecimento e dos profissionais que atuam na instituição.

Para Waldisa Russio Guarnieri (2010), o patrimônio só é preservado quando o seu valor é compreendido, assimilado e internalizado conscientemente pela população. Portanto, todos os elementos que nos cercam, como nossas casas, as fábricas, os caminhos que percorremos, os monumentos, as nossas crenças, a arte e o “saber fazer” dependem que exista a consciência do seu valor para que sejam percebidos como bem cultural, entendendo que o valor cultural é diferente do valor que esses objetos/estruturas têm de forma intrínseca.

Esquecemos que os *bens* se preservam quando se constituem em valor. Não em *valor* para uma minoria, ainda que seja uma “inteligência” atuante: mas num *valor social*, derivado de uma *consciência* que dele se tem como fator fundamental, como condição absoluta de ser e existir. E essa valoração e essa consciência só podem derivar de uma historicidade da qual significativas parcelas do povo estejam côncias. Em duas palavras: patrimônio cultural é questão de consciência histórica (Guarnieri, 2010, p.121).

Valor social e consciência histórica são necessários no processo de construção de uma consciência popular. “Quando o bem cultural for efetivamente um valor, poderemos nos preocupar com nosso patrimônio, esteja ele no artefato-cidade ou no pequeno testemunho da criatividade humana, guardado nos museus” (Guarnieri, 2010, p.122). Portanto, é necessário despertar a consciência do valor, e o momento mais adequado para tal é durante a infância, quando descobrimos o mundo e sua realidade.

2.3 O desenvolvimento da Ação Educativa

O projeto “Meu Lugar, Meu Patrimônio” foi pensando para ser trabalhado com jovens matriculados no nono ano do ensino fundamental (14-15 anos), pois é na fase da adolescência, quando o desenvolvimento está entre a infância e a fase adulta, que os adolescentes passam por diversas mudanças físicas, emocionais, sociais e cognitivas. O desenvolvimento emocional, cognitivo e a identidade são determinantes para que este projeto seja aplicado nessa faixa etária, uma vez que é justamente nessa fase que a capacidade de pensamento abstrato, a tomada de decisões complexas e a capacidade de planejar o futuro estão se desenvolvendo, além dos jovens estarem explorando quem são e o que querem da vida, e vivenciam seus processos de construção de valores, interesses e objetivos.

Ao professor/professora que acompanha as turmas na visita à CMCS cabe inserir em sua prática a história local/regional para trabalhar a história mais ampla do Brasil, o ponto de referência de acontecimentos específicos a partir da história do território. Juntamente com o trabalho que é realizado pela equipe da CMCS, os professores se tornam responsáveis por acompanhar o processo de pesquisa dos alunos e a elaboração do material para participar do concurso cultural, o qual é um trabalho intensivo de pesquisa sobre a memória e a história do lugar em que moram. Os alunos se dedicam em observar o ambiente no qual vivem para que possam se apropriar dele e elaborar um produto para a participação no concurso cultural.

Segundo Horta (1999, p.7), “a **metodologia da Educação Patrimonial** pode levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados como peças “*chave*” no desenvolvimento dos currículos”. E, neste caso, é o que acontece com os alunos quando são postos a pensar sobre o território, dando valor aos significados e contextos que existem naquele espaço. Paul Little (2018, p. 253) define “a territorialidade como esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em território”. Ao destacar a relevância que um determinado território, precisamos compreender também o conceito de territorialidade que, neste caso, percebemos como um espaço que é transformado por um agente que nele exerce um poder (Little, 2018). Por isso, ao pensar sobre o território, não consideramos como sinônimo de terra, no sentido de uma porção do espaço físico, mas a algo que não se resume a um comportamento etológico¹⁸ competitivo e utilitário. Todo território emerge de

¹⁸ Se refere a etologia, que é o estudo do comportamento social e individual dos animais em seus *habitats* naturais.

um regime de territorialidade e as territorialidades são enraizadas em cosmografias diversas, em histórias múltiplas e sistemas de poder, de modo que há tantas territorialidades quanto coletivos e povos que habitam a terra.

O fato de que um grupo surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (Little, 2018, p. 253-254).

Para ilustrar esse processo de educação patrimonial e como os estudantes se apropriaram do espaço descobrindo novos valores para aquilo que já faz parte do seu cotidiano, apresentaremos a reprodução (em formato de texto) das obras vencedoras do concurso cultural de 2022 do Projeto Captação, com o intuito de reafirmar a qualidade e o impacto desse projeto na vida dos estudantes.

Na categoria “Produção textual”, o primeiro lugar foi para o texto *“Patrimônio Cultural em Nossa Paisagem”*, da aluna Alice Carvalho, da E.M Prof.^a Ciléa M. Barreto, com orientação do professor Vagner Cerqueira, o qual retrata a história da cidade de Búzios, contextualizando seu passado com as narrativas modernas que deram fama à cidade com a vinda de Brigitte Bardot. O texto atravessa diferentes fases da região, exaltando a relevância da paisagem como patrimônio cultural do local.

Patrimônio Cultural em Nossa Paisagem

Patrimônio Cultural,
Material e Imaterial,
Fazem parte da nossa história
E já estudamos em nossas escolas

Quilombolas nos contaram
A história de quando chegaram
E quando Brigitte aqui chegou
A nossa história mudou

Búzios, cidade famosa virou
E sua história mudou
Turistas vêm contemplar
Sua beleza espetacular

Caravelas em alto mar
Próximo ao pai Vitória antes de afundar
Ali poucos sobreviveram
E aqui viveram

No Quilombo foram se refugiar
Até a princesa os libertar
A escultura temos em homenagem
Patrimônio cultural em nossa paisagem

Na categoria “Música”, o primeiro lugar foi para “*Colunas foram erguidas*”, das alunas Ellen dos Santos Moreira, Maria Clara Castro Lima e Hilary de Jesus Amorim, da E.M Prof.^a Ciléa M. Barreto, com orientação do professor Vagner Cerqueira. A letra premiada narra sobre os patrimônios através da ótica da herança e da memória, que pertencemos ao mesmo espaço que nossos antepassados ocuparam, enfatizando que devemos lutar pelo nosso território para que possamos garantir nossa existência sem que esta seja apagada.

As colunas foram erguidas

Vou te contar a nossa história
De patrimônios culturais
Que como herança queremos passar
Essa herança que foi nos dada
Com muita luta e sacrifício
Por isso venho aqui falar
Sobre a importância da nossa história

Cuide de nossos patrimônios
Como cuida de suas vidas
Se não tivermos história
Não seremos ninguém

Nossa história começou em um tempo triste
Onde negros eram escravizados
Trazidos de navio até aqui
E com isso o Pai Vitório foi criado

Lutamos, lutamos, lutamos
Para a nossa liberdade conquistar
Mesmo assim não paramos de lutar
E com isso a Rasa conquistamos

Lutamos, lutamos sem parar
Eu não vou parar
Eu não vou parar
De lutar
Lutamos, lutamos sem parar
Eu não vou parar
Eu não vou parar
De lutar

Com isso todas as nossas colunas foram erguidas
Porque lutamos
E conquistamos
Com força, garra, luta e muita fé.
E até hoje nos mantemos de pé.

Lutamos, lutamos sem parar
Eu não vou parar
Eu não vou parar
De lutar

Lutamos, lutamos sem parar

Eu não vou parar
 Eu não vou parar
 De lutar

Por isso não se pode esquecer
 Que a nossa história é pra você
 Eu vou viver, nós vamos viver

Lutamos, lutamos sem parar
 Eu não vou parar
 Eu não vou parar
 De lutar

Na categoria “Curta-metragem”, a produção vencedora foi “*Meu lugar meu patrimônio - O Mangue de Pedra*”, das alunas Ana Kathelyn Rosa Gonçalves, Pietra Tarcia Napolitana e Sâmela Santos Rodrigues, da INEF, com orientação do professor Bruno Ferreira, na qual se preocupou em trazer a temática do mangue para ilustrar a relevância do patrimônio natural da região de Búzios, alertando sobre os riscos de degradação do ecossistema e da importância da sua preservação.

Meu lugar, meu patrimônio¹⁹

O curta-metragem retrata a temática do “Mangue das Pedras”²⁰ como patrimônio cultural, ao considerar sua importância ecológica, econômica e social além de abordar as curiosidades e a importância da preservação desse ecossistema.

Descreve as principais características do bioma e explica como ele é abastecido, além de informar sobre suas especificidades. O manguezal é considerado um ecossistema raro que se desenvolve a partir do encontro da praia com as plantas típicas do mangue e costuma apresentar uma fauna com mais de 2.000 espécies entre animais e vegetais.

O Mangue das Pedras fornece uma rica alimentação proteica para a população litorânea. A pesca artesanal de peixes e camarões, caranguejos e moluscos é a principal fonte de subsistência para os moradores da região.

O curta traz o alerta do risco de degradação do bioma devido ao excesso de lixo (evidente nas praias) e a construção de casas nas encostas do morro que além de provocar o desmatamento, vêm acompanhadas da perfuração de poços artesianos para a coleta de água – prejudicando o ecossistema, visto que o impacto da perfuração é o uso excessivo de água subterrânea. Quando essa água é retirada em uma quantidade maior do que sua capacidade de reposição, pode acontecer uma redução do nível do lençol freático, afetando a disponibilidade de água para outros usos e para ecossistema local.

Em sua parte final, o vídeo retrata que uma parte da população local cobra da prefeitura a criação de uma unidade de conservação com regras rígidas que impeça essas construções. E alerta que, para a preservação deste ecossistema é necessário expandir os projetos de conscientização ambiental e cultural da comunidade e estimular a retirada do seu próprio lixo ao deixar o local.

¹⁹ Transcrição do roteiro organizado pelas alunas.

²⁰ Localizado em Búzios, na Região dos Lagos, entre a Ponta do Pai Vitório e a Praia da Gorda, com acesso processo ao INEF.

Figura 29. Reprodução de imagens do curta-metragem 01



Foto – S. Rodrigues, 2022

Fonte da imagem: Compilação do autor²¹, 2023

²¹ Imagens do curta-metragem “Meu Lugar Meu Patrimônio”, realizado pelas alunas do INEFI.

Figura 30. Reprodução de imagens do curta-metragem 02



Foto – S. Rodrigues, 2022

Fonte da imagem: Compilação do autor²², 2023

²² Imagens do curta-metragem “Meu Lugar Meu Patrimônio”, realizado pelas alunas do INEFI.

Com a produção dos materiais para o concurso cultural, os alunos tiveram a possibilidade de analisar um objeto ou fenômeno cultural por meio de perguntas e reflexões. Ao iniciarem seus processos, questionaram-se sobre aspectos físicos/materiais, sobre a forma, a função/uso, a construção/processo e o valor/significado do que estava sendo analisado, e fizeram isso por meio da observação, pesquisa/estudo e discussão.

É importante notar que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Neste processo de etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais é necessário definir e delimitar os objetos e metas da atividade, de acordo com o que se quer alcançar, e com a natureza e complexidade do objeto estudado (Horta, 1999, p.8).

Por meio dos métodos da educação patrimonial, os estudantes foram provocados a investigar, descobrir e aprender sobre o seu território, além de poderem estreitar os laços com a cidade em que vivem e compreender sobre as características culturais e sociais em que estão inseridos.

Figura 31. Museus e suas conexões

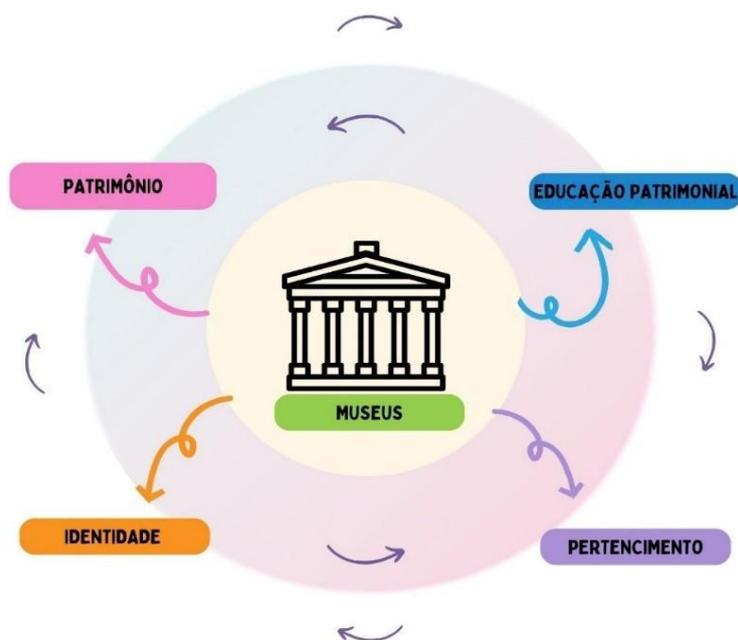


Foto – C. Moreira, 2023

Fonte da imagem: Compilação do autor²³, 2023

A imagem foi pensada para auxiliar na visualização dos aspectos que compõe as relações entre museu, patrimônio, educação patrimonial, identidade e pertencimento.

²³ Organograma produzido pela autora com o objetivo de visualizar as relações entre os conceitos.

Essa estratégia de investigação se desenvolve a partir das possibilidades interdisciplinares do patrimônio e que atravessa a ação pedagógica na busca do desenvolvimento permanente e sistemático de inserção do conhecimento junto à comunidade (Albuquerque, 2012), pois para ocupar com propriedade o espaço em que habitamos é necessário a conscientização do nosso lugar dentro da sociedade.

2.3.1. Patrimônio

A palavra “patrimônio” é originalmente ligada a estrutura socioeconômica e jurídica da sociedade romana e a partir da romanização de grande parte do globo terrestre se estendeu às demais sociedades. Requalificada por diversos adjetivos (genéticos, natural, histórico etc.), o termo é um conceito “nômade” (Choay, 2006, p.11), visto que no decorrer do tempo foi adquirindo múltiplos sentidos, como posse, herança, capital, identidade, documento, tradição etc.

Foi na França, pós-revolução de 1789, que o termo passou a designar um conjunto de bens imóveis e seu sentido começou a se mesclar com a noção de monumento. Conforme menciona Françoise Choay (2006), em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos classificou as obras em três grandes categorias: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos. Essas categorias foram se alargando e integrando progressivamente um conjunto mais amplo de bens culturais, possibilitando sua ramificação para várias direções, como o passado (história do patrimônio), a memória (preservação), o autêntico (legitimidade), a permanência (conservação) e o Estado-Nação (políticas patrimoniais) (Scheiner, 2021²⁴). A partir disso, houve uma ênfase na pesquisa histórica e na conservação do patrimônio, uma renovação iconográfica e conceitual das antiguidades que não pode ser dissociada dos movimentos do saber da época das Luzes.

Segundo Desvallées e Mairesse (2013, apud Smith, 2006, p.76), “o patrimônio é o processo cultural ou o resultado daquilo que remete aos modos de produção e de negociação ligados à memória coletiva e individual e aos valores sociais e culturais”. No livro “Conceitos Chave de Museologia”, o termo patrimônio aparece da seguinte forma:

A noção de patrimônio designava, no direito romano, o conjunto de bens reunidos pela sucessão: bens que descende, segundo as leis, dos pais e mães aos seus filhos ou bens de família, assim definidos em oposição aos bens adquiridos. Por analogia, duas formas metafóricas nasceram tardiamente: (1) Muito recentemente, a expressão “patrimônio genético”,

²⁴ Conteúdo obtido na disciplina Teoria do Patrimônio, ministrada pela prof. Tereza Scheiner, no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Museologia e Patrimônio.

para designar as características hereditárias de um ser vivo; (2) Mais antiga, a noção de “patrimônio cultural”, que teria aparecido no século XVII (Leibniz, 1960), antes de ser retomada pela Revolução Francesa (Puthod de Misonrougue, 1790; Boissy d’ Anglas, 1974). O termo, entretanto, teve usos diversos, mais ou menos amplos. Segundo a sua etimologia, o termo, e a noção que induz, conheceu uma expansão maior no mundo latino, a partir de 1930 (Desvallés, 1995), enquanto o mundo anglo-saxônico por muito tempo preferiu o termo *property* (referente a bem), antes de adotar, nos anos 1950, o termo *heritage*, distinguindo-o de *legacy* (herança). Do mesmo modo, a administração italiana, tendo sido uma das primeiras a conhecer o termo *patrimonio*, por muito tempo utilizou a expressão *beni culturali* (bens culturais). A ideia de patrimônio está irremediavelmente ligada à noção de perda ou de desaparecimento potencial – este foi o caso a partir da Revolução Francesa – e, igualmente, à vontade de preservação de bens. O patrimônio se reconhece no fato de que a sua perda constitui sacrifício e que a sua conservação também supõe sacrifícios. (Desvallés; Mairesse, 2013, apud Babelon; Chastel, 1980, p.73).

Na Constituição Federativa do Brasil, de 1988, ficou estabelecido, em seu artigo 216, que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Portanto, o conceito de patrimônio associado à produção simbólica tem origem recente. É no século XIX que a relação entre a ideia de patrimônio e de permanência é percebida. O passado é a medida e a condição de existência de um presente, sendo necessário olhar continuamente para o passado para dar ao presente um sentido como experiência e para justificar o futuro enquanto proposta de mudança. Organizar, oficializar e institucionalizar o patrimônio é uma forma de legitimar a existência de um passado.

2.3.2. Educação Patrimonial

Dialogar sobre a história da educação patrimonial nos leva sobre a maneira como a educação foi inserida no campo museal. Na década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), juntamente com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), em meio a conferências e reuniões, criou o Comitê de Educação e Ação Cultural (CECA), que se propõe a estimular os estudos sobre a relação entre museus e educação. A UNESCO, ao acreditar que uma das

grandes contribuições para os museus seria o incentivo ao desenvolvimento de programas educativos capazes de aproximar público e coleções (Faria, 2014), organizou três encontros que podem ser considerados marcos para o campo da Educação Museal²⁵: o Seminário Internacional sobre o papel dos Museus na Educação (1952, Nova Iorque), que se dedicou à área pedagógica e propôs uma melhoria dos métodos de ensino ao inserir os museus e suas práticas dentro da estrutura curricular do magistério, em um processo de integrar o trabalho educativo dos museus com os programas dos Institutos de Educação (Instituto Brasileiro de Museus, 2018, p.15); o II Seminário Internacional sobre o papel dos Museus na Educação (1954, Atenas), que manteve a mesma temática, mas com a educação ocupando um lugar de destaque entre as ações do ICOM e; o Seminário Regional Latino-Americano da Unesco (1958, Rio de Janeiro), que se dispôs a debater sobre a função dos museus no meio educativo para a população, com ênfase nos serviços prestados para a educação escolar.

Georges-Henri Rivière (1958), em seu relatório final do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (1958), ressalta a importância deste encontro para a construção de ações comprometidas com questões educacionais, sociais, econômicas e políticas. O museu é posto como um espaço que funciona em benefício da Educação e seu principal veículo de comunicação são as exposições, que, por si só, têm valor didático, e têm como desafio propor ao invés de impor (Rivière, 1958).

Para Judite Primo (2011, p.37), o Seminário de 1958 alertou para o papel político do museólogo e reconheceu a importância do cidadão em todo o processo de preservação, entendimento e divulgação do patrimônio cultural. A participação de profissionais brasileiros no Seminário incidiu diretamente na produção intelectual daquele ano, demonstrando a sintonia existente entre esses profissionais e os debates internacionais da área (Instituto Brasileiro de Museus, 2018, p. 16).

Os marcos que possibilitam a discussão sobre educação em museus são importantes para que possamos compreender como a linha de pensamento sobre a questão educativa impacta as transformações pelas quais o pensamento museológico vem passando ao longo dos anos. Ao mesmo tempo em que há a preocupação do museu ser uma ferramenta de aporte para a educação formal, há também os questionamentos sobre integrar de forma fluída o museu com a sociedade. Utilizar os museus para incentivar nosso despertar de consciência é também instigar o interesse pelo nosso papel na sociedade, pois ao conhecer sobre nossa história, tornamo-nos agentes de preservação dos bens culturais.

²⁵ Segundo a Política Nacional de Educação Museal (Portaria 202 de 2001, Art. 3º), “compreende-se por: I - educação museal: um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade”. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Portaria-lbram-n605-de-10-de-agosto-de-2021.pdf>.

No Brasil, foi a partir do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (1927) que emergiram as ações educativas pensadas e implementadas no espaço museal. (Ibram, 2018, p.14). Ao analisar o conceito de Educação Patrimonial, recorro ao site do IPHAN, no qual se encontra a seguinte definição:

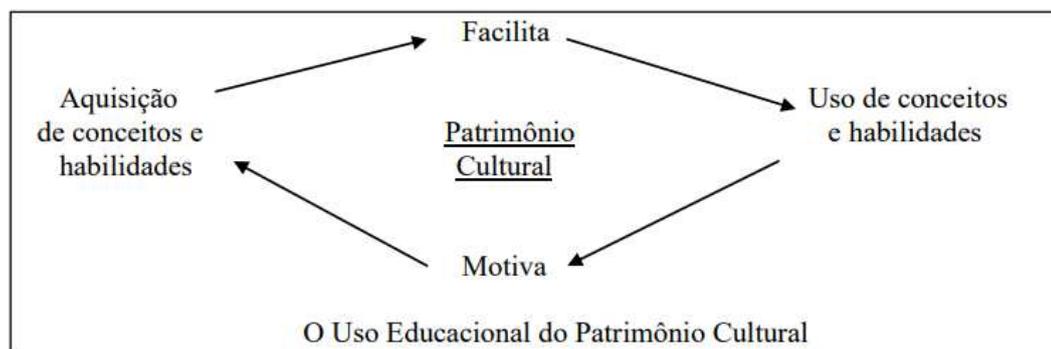
A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Na década de 1930, Mário de Andrade apontava a importância do caráter pedagógico dos museus e das imagens para ações educativas no anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional (SPHAN), atual IPHAN. A partir de meados da década de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a iniciativa de Aloísio Magalhães, a proposta da importância da educação se orientou para a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação do patrimônio cultural, a qual convergiu para a ampliação da concepção de patrimônio, visando a promoção de modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e alertando aos riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação.

Em 1983, a Educação Patrimonial introduz-se no Brasil como uma metodologia inspirada no modelo da *"heritage education"*²⁶, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada. A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (observação, registro, exploração e apropriação), as autoras reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas.

²⁶ Campo Educacional pretende promover a compreensão, apreciação e preservação do patrimônio cultural e histórico de uma sociedade, o que inclui edifícios históricos, monumentos, sítios arqueológicos, objetos de arte, documentos, tradições culturais e outros elementos que fazem parte da herança cultural de uma comunidade ou nação.

Figura 32. Uso Educacional do Patrimônio Cultural



Fonte da imagem: Quadro retirado do livro “Guia para Educação Patrimonial”, 1999

Ao utilizarmos o quadro acima para relacionar a CMCS com o patrimônio cultural, consideramos que a palavra “facilita” trata sobre emoções e os sentimentos que são despertados durante a visita ao museu e que a palavra “motiva” é representante da ação desencadeada pela visita técnica facilitada pela existência do projeto Captação. Na ocasião deste projeto, o objetivo foi sensibilizar os estudantes, a partir de sua realidade local, com as discussões sobre patrimônio, memória, cultura, museu e, sobretudo, a relevância dessas questões para a história, a realidade e a identidade dos alunos. Nesse momento, pretende-se construir uma relação entre o debate e a realidade do aluno, buscando aproximar o ideal de pertencimento de cada um com os patrimônios regionais, uma vez que vários alunos, mesmo habitando a região a vida inteira, nunca refletiram sobre os patrimônios existentes na sua cidade.

Relacionar o que pode ser comunicado pelos patrimônios com os princípios da educação patrimonial é entender o processo de facilitação do conhecimento proporcionado pela educação patrimonial a partir de metodologias educacionais de assimilação que existem entre homem e objeto.

[...] descobrir a rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais, nos informam sobre o modo e vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial (Horta, 1999, p.7).

O compromisso do Instituto Cultural Carlos Scliar desde a sua criação em 2001 é manter os ideais de seu patrono na busca por um país com menos desigualdades (ICCMCS²⁷) por meio dos seus projetos culturais, que se propõem a potencializar a educação como instrumento de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania. Ao atuar

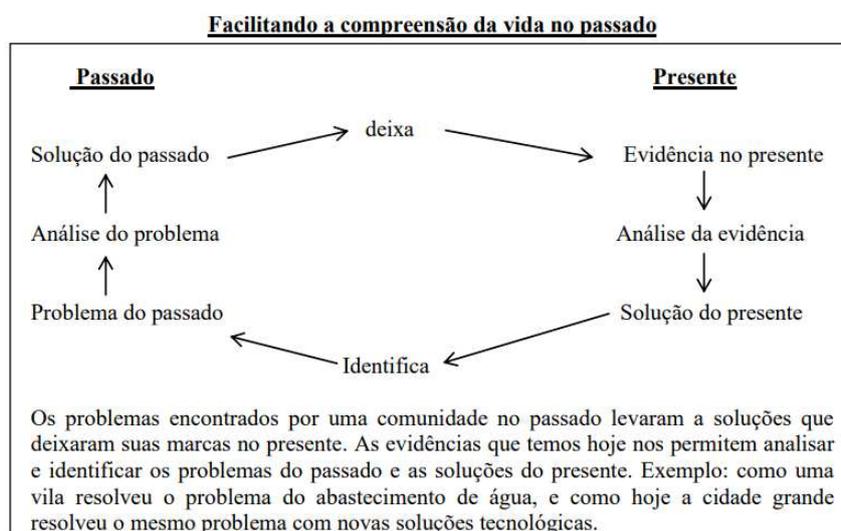
²⁷ Instituto Cultural Casa Museu Carlos Scliar: www.carlosscliar.com.br

na redução da desigualdade social, o Instituto se compromete com a participação na formação de sujeitos conhecedores de seus direitos, que são capazes de participar ativamente da tão desejada transformação social. Esse é um dos exemplos pelo qual é essencial que a educação ocupe outros espaços além dos muros da escola e vá ao encontro da comunidade, articulando, mobilizando, fortalecendo vínculos e compartilhando responsabilidades. Se considerarmos que para a grande maioria desses jovens que participam do Captação a escola é o único espaço público capaz de viabilizar o acesso as políticas públicas e ao exercício da cidadania, conseguiremos compreender os impactos da metodologia da educação patrimonial aplicada pelo museu, uma vez que o foco é estreitar laços entre o patrimônio, a memória e a história da cidade com os alunos.

Na história, na educação, na filosofia, na psicologia, o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens (Gagnebin, 2021, p.97).

Como estratégia para exemplificar a estrutura de compreensão do conteúdo abordado, o quadro abaixo detalha os processos de acepção do conhecimento da vida no passado:

Figura 33. Facilitando a compreensão da vida no passado



Fonte da imagem: Livro “Guia para Educação Patrimonial”, 1999.

Trabalhar os museus e a museologia nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o poder dos museus como agência capazes de servir e instrumentalizar indivíduos e grupos de origem social diversificada para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que abraça essa vereda não está interessado apenas em democratizar o acesso aos bens culturais acumulados, mas

sobretudo, em democratizar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é tanto com o ter e preservar acervos, e sim com o ser espaço de relação de estímulo às novas produções, sem procurar esconder o “seu sinal de sangue” (Chagas, 2015, p.33).

Por isso, a CMCS, ao identificar nos estudantes o seu protagonismo, se propõe a considerar os bens culturais na sua fruição, preservação e difusão como recursos preciosos para o processo educativo. O objetivo é aproximar os alunos da temática patrimonial por meio da curiosidade, despertando a vontade de conhecer e conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, ao mesmo tempo que leva os alunos a se apropriarem desses bens “enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo” (Londres, 2012, p.16). O exercício proposto pelo Captação é desenvolver os valores que atribuímos aos bens culturais a partir de um outro olhar, de modo que seja possível ativar não somente a visão, mas o tato (textura, tamanho de materiais), a audição (recursos de vídeo, reprodução de vozes de personagens simbólicos para o museu) e o olfato (cheiro da casa-ateliê de Carlos Scliar). Assim, várias leituras podem ser despertadas.

2.3.3. Pertencimento

A palavra “pertencimento” é formada a partir do verbo “pertencer”, que deriva do latim “*pertinere*”, o qual é composto por “*per*”, que indica intensidade, e “*tinere*”, que significa “segurar” ou “manter”. Portanto, “*pertinere*” é originalmente “segurar completamente” ou “manter firme”. Com o tempo, o sentido da palavra evoluiu para se referir à ideia de algo que está relacionado ou ligado a algo ou alguém. “Pertencimento” se refere à qualidade ou estado de pertencer a um grupo, comunidade, lugar, se sentir incluído, aceito e valorizado por outras pessoas. Quando nos sentimos parte de um grupo, experimentamos uma sensação de segurança, apoio e compreensão mútua. O pertencimento pode ocorrer em diferentes esferas do nosso contexto social, seja no meio familiar ou em um grupo de amigos, em uma comunidade religiosa, em um ambiente de trabalho ou em um clube. Assim, pertencer representa um aspecto importante para o bem-estar emocional, a identidade pessoal e a satisfação na vida.

Os psicólogos sociais Roy F. Baumeister e Mark R. Leary (1995) desenvolveram a Teoria da Atribuição de Pertencimento (*Belongingness Theory*), que sugere a necessidade inata dos seres humanos de pertencer a grupos sociais e estabelecer

relações interpessoais significativas. Essa necessidade surge a partir da história evolutiva, em que a sobrevivência e o sucesso dos indivíduos eram facilitados pela pertença a grupos sociais.

A hipótese do pertencimento sugeriria que a cultura humana é pelo menos parcialmente adaptada para permitir que as pessoas satisfaçam a necessidade psicológica de viver juntas (juntamente com as necessidades econômicas), atribuindo assim algum poder causal fundamental às forças psicológicas. Sugerimos que o pertencimento pode ser uma necessidade quase tão convincente quanto a comida e que a cultura humana é significativamente condicionada pela pressão para fornecer pertencimento (Baumeister; Leary, 1995, p. 498).

Os museus combinam com esse sentimento ao buscarem estabelecer uma relação significativa com os visitantes, reconhecendo e valorizando sua diversidade cultural, social e individual por meio de estratégias que abrangem: 1) representatividade, ao garantir a representação de diferentes perspectivas e histórias, incluindo vozes marginalizadas e a desconstrução de narrativas dominantes; 2) participação ativa, ao encorajar a participação dos visitantes e envolvendo-os nos programas educativos e projetos colaborativos, permitindo que se sintam parte do processo de construção de conhecimento e de preservação cultural; 3) acessibilidade, ao tornar acessível para todos o acesso ao espaço; e 4) engajamento com a comunidade, ao estabelecer parcerias com a comunidade local, ouvindo suas necessidades e interesses e buscando envolver a comunidade na concepção e implementação de projetos museológicos ao tornar os espaços relevantes e significativos para a comunidade.

Desse modo, ao relacionar o sentimento de pertencimento com as recomendações adotadas pela Mesa-redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, que contribuiu para uma reflexão crítica sobre o papel dos museus na sociedade e a necessidade de adaptar suas práticas às mudanças sociais e culturais, percebemos a preocupação das instituições culturais em acompanhar as mudanças sociais e integrar a população aos seus espaços.

Um dos resultados mais importantes a que chegou à mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural (Declaração de Quebec, 1972).

Nesse período, os museus discutem sobre a participação continuada das comunidades e a necessidade de ampliar seu alcance para além do modelo tradicional de instituição, de guarda e exibição de objetos, de modo que a ideia de Museu Integral engloba o papel dos museus na educação, sua responsabilidade social, a acessibilidade

e a democratização do acesso às coleções museológicas. Assim, os princípios de base do Museu Integral afirmam:

Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina.

Pareceu-lhes necessário, para a solução destes problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Eles consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade. (Declaração de Quebec, 1972)

Com essa percepção, a narrativa do pertencimento se encontra intrinsecamente conectada ao papel que os museus procuraram representar dentro da sociedade.

2.3.4. Identidade

Derivada do termo “*identitas*”, que é formado a partir de “*idem*”, que significa o “*mesmo*”. Portanto, “*identitas*” representa a ideia de “a qualidade de ser o mesmo” ou “a qualidade de ser idêntico”. O conceito de identidade se refere àquilo que torna algo ou alguém único e distinguível de outras coisas ou pessoas. Pode abranger características, traços, atributos e elementos que definem a individualidade de uma pessoa, grupo, objeto, conceito ou entidade.

A noção de identidade é complexa e multifacetada. Em diferentes contextos – pessoal, cultural, étnica, de gênero – envolve a compreensão de quem somos, a qual grupo pertencemos e como nos diferenciamos dos outros; ela também está relacionada à construção e expressão do que nos torna únicos e reconhecíveis. Pensar a lógica da identidade nos leva a considerar também que

o consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: ‘a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um “estar aqui” que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele’. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece ‘insustentável’ (Candau, 2019, p.9).

Segundo Waldisa Russio (2010), a identidade tem um caráter orgânico (ou sistemático) de permanência, de resistência e de continuidade (jamais de eternidade), que impõe suas marcas, seus registros na memória coletiva. Essa memória, por sua vez, não é somente o passado (perspectiva), mas registro do presente e a possibilidade do futuro (prospectiva). Ela é crucial para a aprendizagem, adaptação e evolução, pois a compreensão que uma pessoa tem de si mesma envolve diversos fatores, como a cultura, a sociedade, as relações interpessoais e as experiências de vida.

É interessante considerar o papel fundamental que a memória exerce em relação a construção da identidade individual, uma vez que entendemos que experiências passadas influenciam diretamente quem somos no presente. Entender a complexidade da relação entre memória e identidade é fundamental para o entendimento do que significa a experiência humana, tanto a individual quanto a coletiva.

2.4 Direitos culturais, patrimônio e a CMCS

2.4.1 Conexões

Consagrados em diversos documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) da UNESCO, os direitos culturais estão comumente associados as afirmativas que asseguram que todas as pessoas têm o direito de participar da vida cultural, de desfrutar das artes e das ciências, de se beneficiar do progresso científico e de se envolver em suas próprias práticas culturais. Foi na promulgação da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, publicada em 1917 e considerada a primeira constituição social da história contemporânea, justamente por abraçar a previsão dos direitos sociais, econômicos e culturais (Cunha Filho; Botelho; Severino, 2017), que os direitos culturais surgem juridicamente e aparecem associados fundamentalmente ao “aspecto educativo”.

Para abordar a temática do direito cultural, precisamos esclarecer o recorte de entendimento que será usado neste estudo, que consiste em entender, primeiramente, a relação entre cultura e direito, para podermos adentrar nas nuances do que seria o direito cultural. Enxergar o patrimônio como algo de todos é uma compreensão relativamente recente, hoje é impensável admitir que a existência humana esteja desvinculada de uma vida cultural (Cunha, 2018). O alargamento do sentido de cultura é coerente com a própria trajetória dos seres humanos em busca de uma concepção menos desigual e

mais democrática. No Brasil, não por acaso, a Constituição Federal promulgada em 1988, formalmente comprometida com ideias de cidadania, trouxe, pela primeira vez, a expressão “direitos culturais”.

Segundo Cunha (2018), os direitos culturais são mais conhecidos pela sua práxis e pelas instituições do que por sua teoria, ou seja, as práticas tomam as dianteiras e as teorias aparecem como resultado de inferências das ações. Portanto, perceber a funcionalidade dos direitos culturais é um caminho para compreender a cidadania. Os direitos culturais representam uma validação e ampliação dos direitos humanos, uma vez que dão liberdade para que possamos nos expressar dentro da vida cultural. “A vida cultural é um complexo de *proposições* e *relações* que dão pleno sentido à liberdade humana. É a ela que a declaração dos direitos culturais se refere quando diz que todos têm direito a participar da vida cultural” (Coelho, 2011, p.54).

Ao pensarmos sobre os direitos culturais e nos perguntarmos quais são as necessidades culturais de cada pessoa, nos deparamos com respostas bastante subjetivas, uma vez que é necessário compreender que para a criação de uma identidade cultural as necessidades culturais de cada pessoa são individuais, ainda que coletivas.

Para auxiliar no processo de pensar arte e cultura como direito existem diversos instrumentos jurídicos voltados à salvaguarda do direito de acesso a bens de natureza cultural e artística, como o Pronac, o Sistema e o Plano Nacional de Cultura, incentivos fiscais à cultura, o tombamento, as estruturas administrativas, como ministério, secretarias e conselhos.

Baseado em normas e princípios existentes na lei internacional dos direitos humanos, os direitos culturais têm o potencial de levar a uma compreensão sobre o princípio da universalidade dos direitos culturais, uma vez que estes constituem ferramentas essenciais para o desenvolvimento, para a geração de coesão social, bem como de respeito e compreensão mútuos entre indivíduos e grupos em toda a sua diversidade (Shaheed, 2010). Os direitos culturais são, em diferentes aspectos, fundamentais para o reconhecimento da dignidade humana, pois protegem o desenvolvimento e a expressão de visões variadas do mundo, tanto individuais quanto coletivas e abrangem liberdades importantes relativas às questões de identidade.

O direito enquanto ferramenta de regulação social precisa de conceitos bem definidos para que possa ser aplicado com o mínimo de segurança, por isso existe um esforço teórico para definição dessa categoria do direito (cultural). Apesar da grande dificuldade de conceituá-lo devido à grande infinidade de conceitos da palavra cultura, o Artigo 22 e o Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu corpo:

Artigo 22

Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Artigo 27: I) Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

No Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, em seu Artigo 15, parágrafo 2, identificamos três núcleos voltados à vinculação da atuação estatal, na qual é responsabilidade do Estado manter, desenvolver e difundir a cultura e a ciência.

1- Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de:

a) Participar da vida cultural;

b) Desfrutar o processo científico e suas aplicações;

c) Beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor.

2- As medidas que os Estados Partes no presente Pacto tomarem com vista a assegurar o pleno exercício deste direito deverão compreender as que são necessárias para assegurar a manutenção, o desenvolvimento e a difusão da ciência e da cultura.

3- Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora.

4- Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem os benefícios que derivam do fomento e do desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no domínio da ciência e da cultura.

No Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos todas as pessoas têm o direito de:

expressar-se e criar e disseminar seu trabalho na língua de sua escolha, e particularmente, na sua língua nativa; usufruir os benefícios do progresso científico e suas aplicações; contar com a proteção de interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística; usufruir a liberdade indispensável para a pesquisa científica e a atividade criativa; receber educação de qualidade e treinamento que respeitem totalmente sua identidade cultural; e participar da vida cultural de sua escolha e executar suas próprias práticas culturais, sujeito ao respeito a outros direitos humanos e liberdades fundamentais. Os direitos culturais são de fato centrais à vida contemporânea, e cabe ao Estado preservar a vida cultural que existe, não criar uma. Ele deve apenas criar condições para que a cultura aconteça.

Em entrevista realiza com Teixeira Coelho em 2010 para a Revista Observatório, Farida Shaheed²⁸ disse que “os Estados precisam demonstrar que estão constantemente dando passos necessários à total realização dos direitos culturais, com o máximo possível de recursos”, pois isso dirá o quanto realmente um Estado entende e defende os direitos culturais, visto que a promoção e a proteção universais dos direitos humanos (incluindo os direitos culturais) e o respeito à diversidade cultural apoiam-se mutuamente.

O pleno respeito aos direitos humanos e, em particular, aos direitos culturais, cria um ambiente que permite, e constitui, uma garantia de diversidade cultural. Ao mesmo tempo, respeito à diversidade cultural, sua proteção e promoção são essenciais para assegurar o pleno respeito aos direitos culturais (Shaheed, 2007, p.22).

Portanto, ao pensar sobre direitos culturais, devemos ter duas noções simultâneas: primeiramente, os direitos fundamentais culturais devem estar juntos de outros direitos (liberdade, social, etc.) para que possam ter seu reconhecimento garantido, o que nesse momento significa estar junto de outro direito mais “palpável” e facilmente identificável; em segundo lugar, a partir da uma compreensão jurista, o culturalismo determina que a cultura é a base de todos os direitos, pois ela percorre um trajeto que vai de matriz a produto e de produto a matriz, ou seja, os direitos fundamentais são expressão da cultura e, por isso, ela é possível.

²⁸ Socióloga Paquistanesa que atua desde a década de 1980 como consultora para diferentes agências da ONU. Ela defende as causas dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; ela é a primeira especialista independente no campo dos direitos culturais nomeada pelo Conselho da ONU.

CAPÍTULO 3

O MUSEU COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO

3 O MUSEU COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO

3.1. Museologia e Patrimônio

Pensar no papel que as instituições culturais podem ocupar como espaços ativos de escuta, construção de saberes, interpretação de culturas e fortalecimento das noções de cidadania, que ampliam o repertório cultural dos visitantes e contribuem para o fortalecimento do respeito às diferenças, é facilitar a possibilidade das instituições culturais de transformar nosso olhar sobre as coisas e sobre o mundo.

Ao investigarmos a relação da museologia com o patrimônio e como efetivamente essas interações afetam o dia a dia dos indivíduos, surge a questão: Quando não há diálogo entre museus e população, onde está a discussão sobre patrimônio?

Muitas vezes ao falarmos sobre inclusão, focamos apenas em alguns tipos de inclusão (social, educacional, de pessoas com deficiência) e não percebemos que existem diversas formas de inclusão que se interconectam e contribuem para um ambiente mais inclusivo, como, por exemplo, a inclusão cultural e a inclusão ambiental. A inclusão cultural promove o respeito e a valorização de todas as expressões culturais, reconhecendo e celebrando a diversidade étnica, linguística de uma sociedade; a inclusão ambiental destaca a importância de considerar a diversidade ecológica para garantir práticas sustentáveis para proteger o meio ambiente para as gerações futuras. Portanto, questões relacionadas à representatividade são interessantes, importantes e necessárias, pois buscam maior conectividade com as pessoas por meio de diferentes linguagens, abordagens e perspectivas, que traduzem a vontade de integrar outros diálogos, pensando no desafio de conseguir representar cada vez mais os diferentes contextos que existem dentro da sociedade.

Quando fui estagiária no Centro Cultural Cartola, em 2014 (atual Museu do Samba), havia a exposição “Para não perder a memória: Dona Zica 100 anos”, uma proposta itinerante que percorreria os bairros no entorno, na qual eram apresentadas as histórias e os personagens do samba nos pátios e nas salas de aula de oito escolas da rede municipal de ensino localizadas na zona norte carioca. Chamou-me a atenção que as crianças não percebiam que elas faziam parte da história que era contada sobre o lugar em que elas moravam, pois as crianças não se identificavam como descendentes daquela narrativa e muitas delas falavam sobre o Morro da Mangueira como se não morassem lá e como se não tivessem ligação com o que foi e é produzido naquele espaço.

A exposição possuía uma narrativa que abordava, de forma breve, desde a história do continente africano até os dias de hoje, ilustrando as principais personalidades femininas que, ao lado da Dona Zica, fizeram história dentro do Morro da Mangueira. Este cenário por qual se baseava a história da exposição era exatamente o contexto diário daquelas crianças, do lugar onde viviam. Havia um descolamento de pertencimento, como se a o Morro da Mangueira que tinha sido retratado ali fosse outro, diferente daquele que elas conheciam e viviam. Muitas crianças e jovens que passaram pela exposição eram integrantes da Mangueira do Amanhã²⁹ ou viviam no Morro da Mangueira e conheciam as histórias por trás dos becos, das personalidades, mas, ainda assim, não se sentiam representadas pela narrativa reproduzida dentro da exposição. Havia um abismo entre a perspectiva falada e a individualidade de cada um. Eles não acreditavam que aquela história que estava sendo apresentada em uma exposição de arte era a mesma que eles viviam e conheciam. Para muitos, que nunca haviam pisado em uma exposição, a possibilidade de uma exposição itinerante estar no pátio da escola, falando sobre uma temática tão rotineira, não era tão especial quanto estava representado ali.

Esse caso é uma excelente oportunidade para refletir sobre o Patrimônio como processo, na intenção de buscar superar a dicotomia entre material e imaterial, pois não é o suporte que justifica um bem ser visto como patrimônio cultural, mas os valores atribuídos a ele (Souza, Grippa, 2011, p. 243). Portanto, é importante perceber a cultura de forma dialética, de modo que ela não só reflete, mas também refrata. Um bem não é autoexplicativo/evidente, ele se destaca a partir dos sentidos que são atribuídos nos seus usos sociais.

Os estudos sobre patrimônio cultural começaram a se estabelecer institucionalmente na França pós-Revolução, em 1837, na primeira Comissão dos Monumentos Históricos, quando as obras foram divididas em três grandes categorias: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos (Choay, 2006, p.12). Ao longo dos séculos XIX e XX, houve uma grande preocupação com a preservação e a restauração, mas o conceito em si não foi amplamente questionado.

Segundo Smith (2008, p11), os documentos, comissões, cartas e relatório elaborados desde a Revolução Francesa produziram o que ela identifica como o “[...] discurso patrimonial autorizado [...]”, que consiste em privilegiar a monumentalidade, ancianidade, materialidade, os valores históricos, artísticos, técnicos/científicos e o consenso nacional de uma obra (Souza; Grippa, 2011, p.239).

²⁹Mangueira do Amanhã (GRCEM) é uma escola de samba mirim da cidade do Rio de Janeiro, que participa desde 1987 do desfile oficial de escolas de samba mirins, realizado na Marquês de Sapucaí.

Portanto, ainda que os estudos patrimoniais estejam além de uma normativa patrimonial, percebe-se a existência da construção de narrativas (escolher e determinar o que se preserva e o porquê se preserva) para a construção do que se entende por bens patrimoniais, o que envolve também a discussão sobre as questões identitárias/pertencimento. No Brasil, por exemplo, o que se viu foi a descrição de um país herdeiro de cultura europeia, católico e branco, empenhado para que os demais estratos sociais fossem educados para conhecer e compreender a nossa identidade (Souza; Grippa, 2011, p.239). Ao compreendermos que uma das formas de reconhecimento da identidade se estabelece a partir do outro, e que sem referência é difícil determinar quem somos, percebemos a identidade como um espelho e, conseqüentemente, como um reflexo das representações patrimoniais existentes.

Quando há um distanciamento do outro e um conhecimento parcial do que deveria representar nossas origens e raízes, nos sentimos deslocados no território. Por mais que estejamos incluídos e participando ativamente da vida, a construção desses vínculos se torna parcial. A Recomendação de Paris sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989) foi publicada com o intuito de valorizar as produções de grupos populares e aponta a documentação dessas tradições como uma maneira de conservá-las, pois ao depositar esses registros em museus, arquivos e bibliotecas, esses têm a responsabilidade de divulgá-los.

Waldisa Russio Guarnieri (1984), entre outros pensadores, diz que os objetos possuem um valor social, que precisa, em conjunto a outras questões, da consciência de que ele existe. Por isso, muitas vezes a inclusão cultural e educacional não pode ser medida apenas como instrumento de democratização do acesso, ela deve ser analisada como uma desconstrução do processo que conhecemos como normal.

Percebe-se que a cultura se mantém enquanto o corpo individual permanece vivo coletivamente. Quando morremos nos tornamos também parte da natureza e por isso somos a dialética entre natureza e cultura, enquanto os museus costumam ser reconhecidos pela população por serem lugares de memória, os quais têm como uma de suas tarefas salvaguardar narrativas e objetos. E por tal, questionamos: os museus se colocam como um espaço que reflete a sociedade ou que reflete sobre a sociedade? Os museus refletem sobre a sociedade. Os museus podem ser mais democráticos dentro dos limites de uma sociedade democrática burguesa e capitalista?

O museu universal serve como um símbolo para todos os Estados, liberais e autoritários, de sua contribuição para a educação da humanidade. O conteúdo prolapado de sua missão – ser depositário de tesouros, de objetos de valor de todos os tempos e lugares – leva o

público a acreditar que, indo ao museu, ele verá a arte “como se arte fosse arte” (Vergès,2013, p.83).

Refletir sobre o museu enquanto figura presente no campo da educação e que ele seja capaz de atuar no processo de construção das narrativas pessoais inclui investigar, entre outros temas, sobre a Educação Patrimonial, sobretudo como facilitar e conduzir a relação entre público e museus, pois tudo o que é construído no ambiente dos museus pode ou não reverberar em outros momentos na vida de cada visitante, pois as vivências são uma forma de aprendizado.

John Howard Falk e Lynn Dierking (2011), no livro “A experiência do museu”, comentam sobre a necessidade de compreender o que torna os museus atrativos para as pessoas e como elas os enxergam. Na lógica dos estudos sociais americanos, a experiência do museu deve considerar o que faz um museu ser interessante e como o público espera aproveitar a experiência, isto é, a visita ao museu. O que pode ser interessante para um público, pode não ser para outros. Portanto, é importante a coerência entre o que oferecido como material e quais as experiências relevantes para os diferentes grupos etários, níveis educacionais, interesses pessoais e habilidades tecnológicas.

3.1.1 A Coisa Real

Para Falk e Dierking (2011), os visitantes tendem a acreditar na integridade dos objetos e nas experiências que são vividas no museu, uma vez que os objetos representam instituições governamentais que proporcionam um aprendizado individualizado. Os visitantes constroem seus significados no e sobre os museus durante as suas visitas. Evidencia-se o caráter individual para apreciação dos museus, pois cada pessoa possui um mecanismo para, do seu jeito, entender e apreciar o museu.

Falk e Dierking (2011) se debruçam sobre o modelo contextual de aprendizado criado por eles, no qual o fenômeno da aprendizagem está situado em vários contextos: pessoal, sociocultural e físico. Esse modelo nos ajuda a compreender o comportamento do visitante dentro do museu e suas fases de aprendizagem.

O contexto pessoal representa a história genética e pessoal que cada indivíduo carrega em uma situação interna de criação de sentido, a qual é fortemente influenciada pelos conhecimentos adquiridos no passado, por interesses e crenças e também pelo desejo de controlar suas próprias expectativas, a fim de atender as necessidades

relacionadas à identidade. No contexto sociocultural, os seres humanos são criaturas sociais, produtores da sua cultura e de suas relações sociais, e devido a isso há uma expectativa de criação de sentido junto ao museu, que sempre estará situado sócio culturalmente. O contexto físico consiste em todo visitante perceber e responder aos elementos do museu, tanto os elementos de larga escala, como os espaços, o clima, a iluminação, como também os elementos menores, os quais são representados pelos objetos específicos que estão expostos dentro dos museus.

Figura 22. Modelo Contextual de Aprendizado

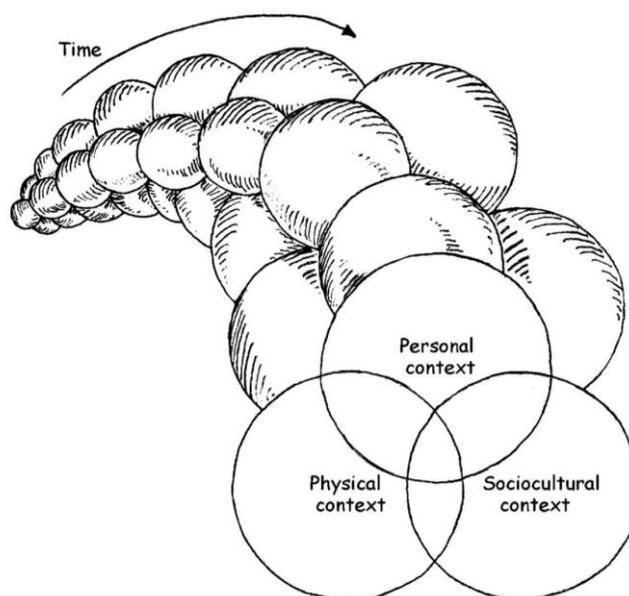


FIGURE 2.1
Contextual Model of Learning.

Foto – Reprodução

Fonte da imagem: Modelo retirado do livro “Digital Technologies and the Museum Experience”³⁰, 2008

Entender a criação de significado que um museu pode proporcionar ao visitante é perceber que é a criação de significado vai além de estar algumas horas dentro do museu, pois o conhecimento prévio do visitante é tão importante quanto o que acontece após a visita ao museu, o que nos leva a concluir que interconexão dos contextos é mais relevante do que os contextos isolados e que os visitantes possuem três tempos que devem ser considerados: 1) sua história antes do museu, como conhecimentos prévios, interesses, expectativas e identidade; 2) a experiência dentro do museu *in-museum*, o real engajamento do visitante com a exposição, suas interações sociais com seu grupo

³⁰ Modelo elaborado pelos autores John H. Falk e Lynn D. Dierking para exemplificar como os três contextos agem ao mesmo tempo.

ou não, a organização do espaço físico da exposição; e 3) a história do visitante após o museu, os tipos de experiência que vão criar novos sentidos a essa visita.

3.2. Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec e Declaração de Caracas

3.2.1. A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972)

A década de 1970 foi marcada por muitas transformações políticas e sociais em muitos países latino-americanos. A 9ª Conferência Geral de Museus realizada pelo ICOM, em Grenoble na França, em 1971, registrou na sua Resolução nº1 aspectos de transformação significativa para os museus ao afirmar que “os museus devem estar, antes de tudo, a serviço de toda humanidade” (Santos, 2006, p.42)³¹.

Foi em meio a esse cenário que, em 1972, aconteceu a Mesa Redonda de Santiago, considerada hoje um ponto crucial de virada na museologia latino-americana por impulsionar reflexões sobre como os museus poderiam se adaptar às mudanças e aos desafios. Organizada pela UNESCO, a Mesa Redonda de Santiago contou com profissionais, acadêmicos e gestores de museus de grande parte da América Latina para discutir e repensar o papel dos museus. Durante a conferência, foi bastante discutida a urgência e necessidade dos museus de se tornarem mais inclusivos, promoverem a diversidade cultural e se engajarem de maneira ativa nas questões sociais e políticas. Foi amplamente debatido como os museus poderiam se tornar espaços mais acessíveis e relevantes para as comunidades locais, deixando cada vez mais de lado uma abordagem elitista, que muitas vezes acompanhou essas instituições.

Entre as principais questões debatidas, para a utilização deste trabalho, destacaremos:

a) A Democratização dos Museus se mostrou como uma das questões centrais, pois havia a necessidade de democratizar o acesso aos museus para torná-los mais inclusivos e acessíveis a toda a população.

um dos resultados mais importantes a que chegou à mesa redonda foi a definição e proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a Unesco utilize

³¹ O artigo de Santos sobre “Museus sustentáveis: um comprometimento social” pode ser encontrado no link: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2015/8387-museus-sustentaveis-um-comprometimento-social.html>

os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência (Legislação de Museus, 2013, p. 108)

b) A preocupação com a identidade cultural também se mostrou latente, uma vez que a Mesa Redonda enfatizou a importância dos museus na promoção e preservação da identidade cultural latino-americana. Foi amplamente discutido como os museus poderiam representar de maneira autêntica a diversidade cultural da região, valorizando as tradições locais e reconhecendo a riqueza das diferentes comunidades. Para falar da perspectiva do museu, no meio rural, urbano e em relação ao desenvolvimento técnico científico usa os termos: “*conscientização*”, “*conscientização profunda*” e “*conscientização da necessidade*” que, neste trabalho, relacionamos com a ideia de que o museu representa o papel de expansão para a conscientização dos visitantes em relação à sociedade na qual está inserido, ao integrá-lo no contexto do museu, proporcionando novos olhares. No caso da CMCS, o seu papel é evidenciar a importância da representatividade patrimonial³² por meio do questionamento sobre pertencimento e patrimônio.

c) A Educação Museal, que já havia sido abordada em 1958 no Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, foi debatida também na Mesa Redonda de Santiago do Chile e destacou a necessidade de desenvolver programas educacionais que fossem relevantes para as comunidades locais, com foco na promoção da aprendizagem e no papel dos museus como espaços de diálogo e troca de conhecimento. Em relação à educação permanente, a declaração estipula que:

a) um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu; b) deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente; c) deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes; d) deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possuir em muitos exemplares; e) as escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local; f) deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário) (Legislação de Museus, 2013, p. 105).

d) O engajamento social e político consiste em discutir como os museus podem se tornar agentes da mudança social e abordar temas relevantes para a sociedade.

³² Neste contexto, entende-se representatividade patrimonial como a capacidade de elementos culturais, históricos e materiais de representarem, por meio de uma maneira precisa e inclusiva, a diversidade e a identidade de uma comunidade ou sociedade

Neste cenário, se fez interessante colocar o museu em um lugar de responsabilidade em relação ao engajamento com as questões políticas e sociais.

e) A internacionalização e a colaboração consistem em destacar a importância de uma cooperação internacional entre os museus latino-americanos, uma vez que a colaboração entre as instituições pode enriquecer as práticas museológicas, além de promover intercâmbios culturais. Para tanto, foi criada a Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), a qual é aberta a todos os museus, museólogos, pesquisadores e educadores empregados pelos museus que se proponham a:

dotar a comunidade regional de melhores museus, concebidos à luz da experiência adquirida nos países latino-americanos; constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino-americanos; desenvolver a cooperação entre os museus da região graças ao intercâmbio e empréstimo de coleções e ao intercâmbio de informações e de pessoal especializado; criar um organismo oficial que faça conhecer os desejos e a experiência dos museus e de seu pessoal aos membros da profissão, à comunidade à qual eles pertencem, às autoridades e a outras instituições congêneres; afiliar a associação latino-americana de museologia ao Conselho Internacional de Museus, adotando uma estrutura na qual seus membros sejam ao mesmo tempo membros do ICOM (Legislação de Museus, 2013, p. 106).

A ALAM não vingou e um pouco mais adiante criou-se o ICOFOM LAM³³, que foi posteriormente rebatizado para ICOFOM LAC (Comitê Internacional de Museologia para América Latina e Caribe), com o objetivo de incluir o Caribe. A Mesa Redonda de Santiago do Chile priorizou o caráter social da Museologia que já havia sido reconhecida como um novo campo do conhecimento e foi oficialmente associada às Ciências Sociais (Carvalho, 2008). O museu integral de ação é mais um conceito de museu, entre tantos outros.

Os impactos da Mesa Redonda foram significativos para a evolução do pensamento museológico e uma das mudanças mais perceptíveis foi a transição de um modelo museológico tradicional para um enfoque mais participativo e educativo, com ênfase na incorporação da identidade local nas exposições e na promoção da participação comunitária, o que fez com que alguns museus buscassem uma representação mais autêntica da diversidade cultural latino-americana. Mesmo com esses avanços, os museus latino-americanos continuam a enfrentar desafios, especialmente em um contexto de rápidas mudanças sociais e tecnológicas. No entanto, a Mesa Redonda de Santiago deixou um legado valioso, incentivando museus a permanecerem dinâmicos, abertos à inovação e comprometidos com o empoderamento

³³ ICOFOM LAM é o Comitê Internacional de Museologia Latino Americana e tem como principal função estabelecer debates teóricos, a nível mundial, sobre o estudo da Museologia.

das comunidades que servem, lembrando-nos da necessidade contínua de adaptar e reinventar as práticas museológicas para melhor atender às demandas e diversidade de nossas sociedades.

3.2.2. A Declaração de Quebec

Elaborada durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) realizada em Quebec, no Canadá, em 1984, a Declaração de Quebec também ficou conhecida como os Princípios de Base para uma Nova Museologia, e representou uma mudança na abordagem dos museus em relação à sua função na sociedade, pois refletiu sobre a crescente conscientização sobre a necessidade de se adaptarem a um mundo em constante transformação e que ao mesmo tempo está em permanente manutenção de suas bases.

A nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro (Legislação de Museus, 2013, p.109).

A Declaração de Quebec enfatiza que os museus não devem ser apenas instituições de preservação e exibição de objetos, mas instrumentos sociais ativos (influência dos eventos ocorridos nos anos anteriores, 1971 e 1972) na promoção do diálogo, na construção da identidade cultural e na abordagem das questões contemporâneas. A Nova Museologia preconiza que os museus devem ser acessíveis a todos os segmentos da sociedade, o que inclui não apenas o acesso físico, mas também o envolvimento ativo da comunidade na definição das políticas e práticas museológicas. No Brasil, isso já tinha sido preconizado pelo anteprojeto de Mário de Andrade.

Em suma, a Declaração de Quebec forneceu um quadro conceitual importante que abriu caminho para abordagens mais inclusivas e sensíveis às questões culturais nos museus. Esses princípios têm implicações significativas para o processo de descolonização do museu, que busca desafiar e superar as heranças coloniais profundamente enraizadas nas instituições museológicas.

Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca (Legislação de Museus, 2013, p.110).

Os museus são incentivados a assumir responsabilidades sociais mais amplas, abordando questões como direitos humanos, justiça social e desenvolvimento sustentável. “*O novo museu*” deve ser capaz de atuar simultaneamente em três direções: ação, capacitação e investigação (Varine, 1986). A partir deste momento, os esforços para a desconstrução das narrativas tradicionais e a reinterpretação de eventos e objetos à luz das experiências das comunidades colonizadas foi priorizado juntamente com parcerias com especialistas locais, anciãos indígenas, artistas e outros detentores de conhecimento para incorporar perspectivas autênticas nas exposições. Esses princípios continuam a orientar muitas instituições na busca de uma abordagem mais inclusiva, dinâmica e socialmente engajada para a preservação e apresentação do patrimônio cultural.

3.2.3. Declaração de Caracas (1992)

No "Seminário A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios", foi discutida a missão atual do museu como um dos principais agentes de desenvolvimento integral da região (ainda reflexo de 1972). Alguns tópicos foram tratados com mais ênfase, de acordo com sua relevância: Museus e Comunicação, Museus e Gestão, Museus e Liderança, Museus e Recursos Humanos e Museus e Patrimônio.

Para esta reflexão, focaremos nos tópicos: a) Museus e Comunicação e b) Museus e Patrimônio, visto que um dos propósitos da Declaração de Caracas é revisitar a Mesa Redonda de Santiago do Chile, a qual tinha como postulado “situar o público dentro do seu mundo, para que tome consciência de sua problemática como homem-indivíduo e homem-social” (Legislação de Museus, 2013, p.113).

Museus e Comunicação

Ao entender o processo de comunicação como um diálogo permanente entre emissores e receptores e que o museu é parte importante na contribuição para “o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e autoestima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e coletiva” (Legislação de Museus, 2013, p.119), recomenda-se que se promova um diálogo ativo do indivíduo com os objetos e com as mensagens culturais por meio do uso de uma linguagem simples e acessível para a sociedade contemporânea.

Museologia e Patrimônio

Ao definir o papel do museu, e os bens culturais que são considerados patrimônio, estudá-los, documentá-los e difundi-los, pode-se expandir a compreensão de que o patrimônio cultural de uma nação, região ou comunidade são as expressões materiais e espirituais que a definem. A Declaração de Caracas recomenda:

que se promova a atualização e instrumentalização efetiva da legislação especialmente dirigida à conservação e à proteção do patrimônio cultural e natural, que garanta o controle sobre sua integridade, evitando sua possível dispersão, desaparecimento ou destruição; que se valorizem o entorno e sua contextualização como critérios de partida na formação das coleções, atendendo a seu valor referencial sem discriminar nenhum objeto ou disciplina; que se reformulam as políticas de formação de coleções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, em função do estabelecimento de uma relação mais significativa com a comunidade na qual o museu desenvolve suas atividades; que se desenvolvam mecanismos de relação, apoio e estímulo à sociedade civil em seu interesse de conservar o patrimônio; que os museus organizem estratégias que permitam desenvolver a participação da comunidade na valorização e proteção de seu patrimônio; que o museu incentive a investigação desenvolvida pela comunidade para o reconhecimento de seus próprios valores (Legislação de Museus, 2013, p.121).

Portanto, este seminário representou uma oportunidade para profissionais de museus, acadêmicos e outros interessados na área discutirem e refletirem sobre a missão dos museus na América Latina contemporânea. Durante o evento foram abordados temas como os desafios enfrentados pelos museus na região, a importância da preservação do patrimônio cultural, o papel dos museus na educação e na promoção da cultura e o estabelecimento de diretrizes para a prática museológica. Esses encontros contribuíram para a definição de padrões éticos e melhores práticas no campo dos museus, promovendo uma abordagem mais inclusiva, crítica e relevante para os desafios contemporâneos enfrentados por essas instituições.

3.3. Cultura e Cidadania

Cultura e cidadania são dois conceitos multifacetados que envolvem direitos, deveres, identidade, participação política e ética, os quais desempenham um papel crucial na construção da identidade individual e coletiva. A cultura, que pode ser entendida como um conjunto de valores, tradições, expressões artísticas e modos de vida compartilhados por um grupo, influencia a forma como os indivíduos se veem e se conectam com a sociedade; a cidadania está relacionada aos direitos e deveres de um membro de uma comunidade ou nação.

A cultura é um elemento fundamental na formação da identidade, fornecendo aos indivíduos um contexto para entenderem quem são, de onde vêm e como se encaixam em uma determinada sociedade. Ao participar e contribuir para a cultura de uma comunidade, os indivíduos fortalecem seu senso de pertencimento e conexão social. A expressão cultural, seja por meio da linguagem, das artes, das tradições ou das práticas cotidianas, molda a narrativa coletiva e individual.

A cidadania, por sua vez, está intrinsecamente ligada à participação ativa na sociedade. A compreensão e valorização da diversidade cultural são essenciais para a construção de uma cidadania inclusiva, pois quando os cidadãos reconhecem e respeitam as diferentes expressões culturais dentro de uma sociedade, contribuem para a promoção da coesão social e para a construção de uma identidade nacional mais rica e complexa. Essa interação entre cultura e cidadania é bidirecional: a cultura influencia a forma como os indivíduos percebem e exercem sua cidadania, enquanto a participação cidadã ativa pode moldar e transformar a cultura de uma sociedade.

Ao relacionarmos esses conceitos com a iniciativa da CMCS, percebemos que há um movimento que pretende contribuir positivamente, por meio de uma abordagem focada no envolvimento dos alunos, com a temática do patrimônio. Neste trabalho, a experiência proporcionada pelo projeto “Meu Lugar Meu Patrimônio” é analisada por meio do acompanhamento dos alunos à essa vivência, com o intuito de se observar o comportamento e as falas dos alunos durante a atividade, investigando a relevância do museu como agente integrador, os quais são apresentados ao espaço do museu e expostos a um concurso cultural, no qual são motivados a pensar sobre o patrimônio e sobre a cidade. Espera-se que os alunos estimulem sua curiosidade pela busca do conhecimento, para que, juntamente com as suas experiências e com os traços da vida histórico-social, possam agir com responsabilidade, causando um impacto positivo na própria cidade.

CONCLUSÕES

MEU LUGAR MEU PATRIMÔNIO

A CMCS e seus projetos desempenham um papel interessante na construção de uma sociedade consciente e comprometida com a preservação de sua história e identidade. Por meio dos museus, espaços que guardam e interpretam a diversidade do patrimônio cultural, os indivíduos têm a oportunidade única de se conectar com suas raízes, compreender a trajetória histórica e valorizar a riqueza de suas heranças.

Esta pesquisa evidenciou a importância dos museus como agentes ativos na promoção da Educação Patrimonial a partir do acompanhamento do Projeto CaptaAção: “Meu Lugar Meu Patrimônio” durante um ano, ressaltando seu potencial transformador na formação de cidadãos críticos e participativos. Neste sentido, os museus não devem ser percebidos apenas como locais de armazenamento estático do passado, mas como espaços dinâmicos que promovem o diálogo entre as gerações, estimulam o pensamento reflexivo e contribuem para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais.

Para continuar avançando nesse caminho, é essencial investir na capacitação de profissionais de museus, educadores e gestores, promovendo uma abordagem interdisciplinar que integre a museologia, a pedagogia e as tecnologias educacionais. Além disso, é fundamental estabelecer parcerias sólidas entre museus, escolas e comunidades, fomentando a criação de programas educativos inovadores que atendam às necessidades específicas de diferentes públicos, como percebemos a CMCS, um espaço cultural bastante integrado e ativo na região. A combinação de abordagens tradicionais e inovadoras pode enriquecer a experiência educativa nos museus, tornando-a mais envolvente e adaptada às demandas contemporâneas.

O Projeto CaptaAção “Meu Lugar Meu Patrimônio”, mediado pela CMCS, é um caminho promissor para fortalecer os laços entre os alunos e seu patrimônio cultural. Ao reconhecer a importância desses espaços como agentes educativos, ao investir na formação de profissionais e na integração de tecnologias, pode-se assegurar que a herança cultural seja não apenas preservada, mas também transmitida de maneira significativa e inspiradora às gerações presentes e futuras. Dessa forma, contribui-se para a construção de uma sociedade mais consciente, diversa e comprometida com a valorização e preservação de sua identidade histórica e cultural.

REFERÊNCIAS

- BARAÇAL, Anaildo Bernardo. **O objeto de Museologia: A via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský**. 2008. 124f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. Congresso. **Legislação sobre museus**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus / Org e textos**, José Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas – Brasília: MinC, 2007.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.
- CARVALHO, L. M. **Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar**. 2008. 108f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.
- CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; STUDART, D. Educação e comunicação em museus de ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática. In: GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (Org.). **Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.
- CHAGAS, M. S. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade**. Chapecó: Argos, 2015.
- CHAUÍ, M. **Cidadania Cultural**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CUNHA FILHO, F. H. **Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades**. São Paulo: Edição Sesc São Paulo, 2018.
- CUNHA FILHO, F. H.; BOTELHO, I.; SEVERINO, J. R. **Direitos Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- DESVALLÉS, A., MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DO PERÍODO COLONIAL até agora. Cidade Histórica. Prefeitura de Cabo Frio, 2022. Disponível em: <https://cabofrio.rj.gov.br/historia> Acesso em: 23 ago. 2022.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco, São Paulo: Editora Unesp, 2011.

- FALK, J. H; DIERKING, L.D. **The Museum Experience**: Edited by Mellen Candage, 1994.
- FRANCHINI, F. M. R., MOREIRA, L. G. S. **Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015**. Brasília, IBRAM, 2017.
- FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa. Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. Museu, memória e cidadania**. Rio de Janeiro, 2007.
- GRUNBERG, E. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. **Cadernos do Centro de Organização do Oeste (CEOM)**, ano 12, dez. 2000.
- GUARNIERI, W. R. Textos e contextos de uma trajetória profissional. In: BRUNO, M. C. O.; ARAUJO, M. M.; COUTINHO, M. I. L. **A evidência dos contextos museológicos**. São Paulo: Pinacoteca; ICOM, 2010. v. 1
- HISTÓRIA – CABO FRIO (RJ). IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1506/>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF. IBRAM, 2018. 132p.
- INSTITUTO ESTADUAL DO Patrimônio Cultural. **Educação Patrimonial: educação para o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, RJ: 2014.
- LITTLE, P. E. Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, p.251-290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- LONDRES, C. **O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações**. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Iphan, 2012. p.14-22.
- LONTRA, M. S. **A persistência da Paisagem: uma aventura moderna no Brasil** – Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 1991.
- NOVA DEFINIÇÃO de Museu. 2022. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2022/03/NovaDefinicao_5Propostas.pdf. Acesso em: 06 set. 2022.
- PEREGRINO, U. **Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania**. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Iphan, 2012. p.4-6

REVISTA OBSERVATÓRIO Itaú Cultural. N.11, jan./abril. 2011. São Paulo: Itaú Cultural, 2011.

RIBEIRO, F. M. F. (Org.). **Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015**. Brasília: IBRAM, 2017.

SANTOS, M. S. **A Escrita do Passado em Museus Históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SCHEINER, T. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: **Simpósio Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e Caribe**. ICOFOM LAM, Coro, Venezuela, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, p. 133-164, nov/dez 1999.

SCIFONI, S. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema**. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Iphan, 2012. p.30-38

SCLIAR, Carlos. In: **Carlos Scliar**. São Paulo: Raízes artes gráficas, 1983.

SCLIAR, Carlos. In: **Scliar 1940/1977**. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói – Rio de Janeiro. Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro. Palácio do Ingá – 1977.

SCLIAR 80 ANOS de vida, arte e luta pela liberdade. Disponível em: <https://carlosscliar.com.br/casa-museu/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUZA, W. E. R. de; CRIPPA, G. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237–251, 2011.

VENTURA, M. C. **Casa Museu Carlos Scliar: O acervo como ferramenta da educação**. 6º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. Pesquisa e Patrimônio. Recife, Petrópolis, Rio de Janeiro. 2019.

VENTURA, M. C. **Casa Ateliê Carlos Scliar: projeto de reestruturação dos espaços culturais** – Cabo Frio, Rio de Janeiro. UFRJ/FAU, 2018.

VERGÈS, F. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

ANEXOS

ANEXO I: QUESTIONÁRIOS DE IMPACTO DO PROJETO CAPTAAÇÃO: MEU LUGAR MEU PATRIMÔNIO (ALUNOS, PROFESSORES E DIRETORES)

18/10/2023, 16:32

Questionário de Impacto do Projeto CaptaAção: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Alunos)

Questionário de Impacto do Projeto CaptaAção: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Alunos)

Questionário de Impacto para complementar as análises feitas em campo para o projeto de dissertação de mestrado "**O Direito ao Patrimônio e a Função Social dos museus: A Casa Museu Carlos Scliar e o fomento da cidadania na Região dos Lagos - RJ**", apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-MUS).

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Você já conhecia a Casa Museu Carlos Scliar antes da visita feita com a escola? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
 Não

2. Qual sua opinião sobre a visita na Casa Museu Carlos Scliar? *

3. Se não fosse a escola você iria à Casa Museu Carlos Scliar? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
 não

18/10/2023, 16:32

Questionário de Impacto do Projeto Captação: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Alunos)

4. O que você aprendeu ao conhecer a história da Casa Museu Carlos Scliar? *

5. Qual o impacto da discussão sobre Patrimônio na sua vida? *

6. O que você aprendeu com a discussão sobre patrimônio? *

7. Qual a sua opinião sobre o Projeto "Meu Lugar Meu Patrimônio"? *

18/10/2023, 16:32

Questionário de Impacto do Projeto Captação: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Alunos)

8. O que te motivou a participar do concurso cultural do Projeto Captação "Meu Lugar Meu Patrimônio"? *

9. Como surgiu a ideia para produzir o seu trabalho? *

10. Qual a importância para você de ser um(a) dos(as) ganhadores(as) do concurso cultural?

11. Você participaria de uma nova edição do projeto? Conte-nos o porque. *

Questionário de Impacto do Projeto Captação: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Professores)

Questionário de Impacto para complementar as análises feitas em campo para o projeto de dissertação de mestrado "**O Direito ao Patrimônio e a Função Social dos museus: A Casa Museu Carlos Scliar e o fomento da cidadania na Região dos Lagos - RJ**", apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-MUS).

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Você já conhecia a Casa Museu Carlos Scliar? *

Marcar apenas uma oval.

sim

não

2. Qual a sua opinião sobre a visita realizada na Casa Museu Carlos Scliar? *

3. Qual foi a sua motivação para incentivar os alunos para participarem do Projeto Captação: "Meu Lugar Meu Patrimônio"?

18/10/2023, 16:33

Questionário de Impacto do Projeto Captação: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Professores)

4. Como você avalia a importância para os alunos dessa imersão que ocorreu na Casa Museu Carlos Scliar? *

5. Você acredita que a discussão sobre Patrimônio iniciada na Casa Museu Carlos Scliar tenha impactado de alguma forma a vida dos alunos? Justifique *

6. Você acredita que esse tipo de projeto realizado pelo Museu, em parceria com a Prologos e a Secretaria de Educação é benéfico para os alunos? Porque

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário de Impacto do Projeto Captação: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Diretores)

Questionário de Impacto para complementar as análises feitas em campo para o projeto de dissertação de mestrado "**O Direito ao Patrimônio e a Função Social dos museus: A Casa Museu Carlos Scliar e o fomento da cidadania na Região dos Lagos - RJ**", apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-MUS).

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Você já conhecia a Casa Museu Carlos Scliar antes da visita? *

Marcar apenas uma oval.

sim

não

2. Qual foi a motivação da escola para participar do Projeto Captação "Meu Lugar Meu Patrimônio"? *

3. Como foi estruturada a parceria com o Museu? *

23/10/2023, 16:33

Questionário de Impacto do Projeto Captação: "Meu Lugar Meu Patrimônio" (Diretores)

4. Você acredita que a participação no Concurso Cultural promovido pela Casa Museu Carlos Scliar teve impactou a vida dos estudantes? Porque? *

5. Como a escola enxerga a integração entre Museu e estudantes? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários